

**Revisão e Edição de Texto na Direção de Serviços
do Centro de Estudos de História do Atlântico
Alberto Vieira (CEHA-AV) no Funchal**

RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE MESTRADO

Mónica Andreia Sousa Rodrigues

MESTRADO EM LINGUÍSTICA: SOCIEDADES E CULTURAS



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

julho | 2022

**Revisão e Edição de Texto na Direção de
Serviços do Centro de Estudos de História do
Atlântico Alberto Vieira (CEHA-AV) no Funchal**

RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE MESTRADO

Mónica Andreia Sousa Rodrigues

MESTRADO EM LINGUÍSTICA: SOCIEDADES E CULTURAS

ORIENTAÇÃO

Aline Maria Pinguinha França Bazenga

COORIENTAÇÃO

Filipe Donato Vasconcelos dos Santos

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à minha orientadora, Doutora Aline Bazenga, o meu agradecimento pela sua contribuição na minha formação académica, pelo apoio e por me incentivar a ir sempre mais longe na pesquisa.

Em segundo lugar, ao Dr. Filipe dos Santos o meu profundo reconhecimento pela oportunidade de estágio, pela orientação, pelos conselhos, pelas sugestões e disponibilidade.

Gostaria ainda de agradecer a todos os membros do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira por, durante e após o período de estágio, me receberem sempre de uma forma tão acolhedora.

RESUMO

O presente relatório pretende detalhar as atividades desenvolvidas no estágio curricular em edição e revisão no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Partindo de um quadro teórico-metodológico, procura demonstrar a importância do profissional de edição/revisão e o seu contributo para o aprimoramento de uma produção textual. O objetivo da investigação passa por traçar alguns elementos de textualidade apresentados na construção dos textos. Adicionalmente, a um nível prático, objetiva identificar problemas linguísticos encontrados ao longo do processo e, porventura, algumas propostas de resolução. Não procura analisar o conteúdo; em contrapartida, o que esta comunicação propõe é precisamente um olhar mais atento à escrita/texto e sistematizar conceitos associados a esse domínio com recurso a exemplos. Este relatório, portanto, não averigua a substância dos objetos, mas antes os elementos textuais que o compõem, partindo da premissa de que a escrita possui um carácter normativo e, ao mesmo tempo, uma base sociolinguística. Como resultado, observamos que se verificam muitos erros reiterados mesmo na escrita de referência.

Palavras-chave: Edição; Revisão; Escrita; Problemas; Propostas.

ABSTRACT

The present report aims to describe the activities developed during the editing and revision internship at the Center for Atlantic History Studies – Alberto Vieira, of the Madeira Archives and Library Department. Starting from a theoretical-methodological framework, it seeks to demonstrate the importance of the editing/revision professional and its contribution to the improvement of a textual production. The objective of the investigation is to trace some elements of textuality presented in the construction of the texts. In addition, on a practical level, it attempts to identify problems encountered throughout the process and, perhaps, some resolution proposals. It does not seek to analyze the content; on the contrary, what this communication proposes is precisely to take a closer look at the writing/text and systematize concepts associated with this domain through the using of examples. This report, therefore, does not investigate the substance of the objects, but rather the textual elements that compose it, based on the premise that writing has a normative character and, at the same time, a sociolinguistic basis. As a

result, we observed that, even in the written reference mode, there are many reiterated errors.

Keywords: Edition; Review; Writing; Problems; Proposals.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	13
1.1. A Escrita	13
1.2. Linguística Textual	20
1.3. Revisão	28
1.4. Edição	36
2. A INSTITUIÇÃO	39
3. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS: DESCRIÇÃO E ANÁLISE	42
3.1. Revisão de alguns volumes da Obra Completa de João dos Reis Gomes (1869-1950)	42
3.2. Revisão de artigos para a revista <i>Arquivo Histórico da Madeira</i> , Nova Série, N.º 4	44
3.3. Síntese das tarefas de revisão e de edição	46
3.4. Análise e Resolução de problemas	48
3.4.1. Repetição	49
3.4.2. Concordância	55
3.4.3. Novo Acordo Ortográfico (AO)	58
3.4.4. Pontuação	64
CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figuras

Figura 1: Excerto de transcrição de uma entrevista retirada do CSF (<i>Corpus Sociolinguístico do Funchal</i>)	16
Figura 2: Exemplo de erro de paginação	37
Figura 3: Localização do CEHA-AV	39
Figura 4: Exemplo de comentários: Adobe Acrobat Reader	43
Figura 5: Capa da revista <i>Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série</i>, N. ° 4	45
Figuras 6 e 7: Exemplo de repetição de conteúdo	66

Quadros

Quadro 1: Elementos de textualidade	22
Quadro 2: Tipos de alterações do processo de revisão	34
Quadro 3: Tipos de revisão	35
Quadro 4: Referenciação	52
Quadro 5: Inconsistências no Acordo	60

INTRODUÇÃO

No âmbito do 2.º Ciclo em Linguística: Sociedades e Culturas, e dado o interesse prévio na área de edição e revisão linguística, surgiu a oportunidade de estabelecer um protocolo de estágio – uma das três modalidades apresentadas, para além da dissertação ou projeto – com a Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM), na sua unidade orgânica Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira (CEHA-AV). A ação formativa de 640 horas, que no plano da colaboração institucional é oportunamente enquadrável em Protocolo de Cooperação entre a Universidade da Madeira e a DRABM, conta com a orientação científica da Professora Doutora Aline Bazenga e coorientação do Dr. Filipe dos Santos, Diretor de Serviços do CEHA-AV.

Após concluída a componente letiva do Mestrado, manifestou-se a intenção de eleger a modalidade de estágio, presente desde o começo da formação e que se foi firmando ao longo do curso, sobretudo através da oportunidade de frequentar neste 2.º ciclo a unidade curricular opcional de “Edição e Revisão Linguística”.

O presente relatório, apresentado para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre, direciona a sua atenção na revisão e análise das principais questões linguísticas identificadas nas produções textuais em análise. Circunscreveremos o breve estudo a uma seleção de textos do catálogo de publicações da instituição de acolhimento. Assim, não se trata apenas de um relato de experiência, mas também de uma reflexão sob um ponto de vista teórico acerca de questões muito específicas no domínio textual.

A relevância deste relatório tem como sustentação o desenvolvimento da comunicação e de todos os seus aspetos inerentes. Assim, com a prosperidade de inúmeros instrumentos comunicativos, surge historicamente a escrita. Por sua vez, embebida de uniformidade associada a uma normativa ou ao seu condicionamento a normas e, simultaneamente, de heterogeneidade relacionada com o carácter sociolinguístico, contribui para o conhecimento da língua e das suas particularidades; por isso, não pode deixar de ser objeto de análise e, dentro do contexto da investigação linguística, não é possível descurar o estudo de formas escritas assentes na diversidade, melhor dizendo, a reflexão acerca de questões associadas ao texto e os seus contextos sociais. Estes conceitos serão desenvolvidos na secção dedicada ao enquadramento teórico do trabalho.

Configura-se pertinente contribuir para o estudo desta área tão importante que envolve a escrita, entendida como uma capacidade que está presente na vida de cada um em múltiplas funções (Citoler & Sanz, 1997). Serve como meio de organização de pensamentos e, como tal, representa uma ferramenta que assume um enorme valor. Quanto maior a nossa facilidade em usar este instrumento, maior será o nosso horizonte, uma vez que “ao tornar a linguagem visível e material, [a escrita] é de longe a mais importante invenção da humanidade e sua mais notável conquista intelectual e cultural” (Amorim *et al*, 2016: 2).

Note-se que no pensamento dos primeiros gramáticos portugueses a língua não é apontada de um modo exclusivo como um meio de comunicação entre os falantes, mas sim como um instrumento que se impõe usar com o objetivo de corrigir e aprimorar, daí a necessidade da sua regulamentação gramatical (Maia, 2010). Assim,

ao aprender a usar a língua, aprende-se não só a emitir frases gramaticais corretas, mas também a saber o que dizer a quem, quando e como dizê-lo, de forma aceitável e em que contextos fazê-lo de uma maneira adequada, apropriada e eficaz (Figueiredo, 2010: 163).

Posto isto,

ser competente de um ponto de vista comunicativo é ser competente na gramática da sua língua, mas é também ter um conjunto de competências estratégicas, sociolinguísticas e textuais que permitem a quem usa a palavra adaptar a organização do discurso aos temas que são objecto da enunciação linguística, ao canal utilizado (*oral* ou *escrito*), às finalidades do intercâmbio comunicativo (*narrar, descrever, argumentar, instruir, persuadir, expor...*) e ao tom que deriva das características dos interlocutores e da situação de enunciação (*formal, informal, coloquial...*) (Figueiredo, 2010: 163).

Por conseguinte, a presente investigação tem como objetivo principal verificar os efeitos da revisão e edição sobre diversas produções, mais concretamente, sob o domínio ortográfico e da coesão textual. Adotando uma postura crítica e reflexiva, mas, concomitantemente, assegurando o estilo dos autores e a essência dos diversos textos. Aqui inclui-se uma análise ortográfica, onde se integra “corrigir gralhas; pontuação; evitar repetições, recorrendo à substituição por sinónimos, evitar estruturas complexas e de difícil entendimento; verificar concordâncias; uniformizar o uso de maiúsculas e minúsculas” (Pacheco, 2013: 16-17). Assim, procura-se verificar o texto e corrigi-lo ao abrigo da norma, seguindo uma linha orientadora (Pacheco, 2013) e uma leitura crítica (Marques, 2014), com recurso a uma “série de procedimentos, técnicas e escolhas” (Fidalgo, 2014: 6).

Posto isto, sintetizar conceitos conceptuais, aprofundar conhecimentos teóricos e as respectivas noções, refletir criticamente sobre os principais aspetos identificados ao longo do processo de revisão e edição e, por fim, apresentar algumas propostas são também alguns dos objetivos a que nos propomos.

Portanto, o foco desta investigação centra-se na identificação de algumas das características textuais e na demonstração da imbricação entre estrutura, significado e função dos textos. O presente relatório procura debruçar-se de forma mais intensiva sobre a coesão, que se pode repartir em várias categorias, tal como veremos mais adiante.

Procurando direcionar a matéria conforme os objetivos estabelecidos, este estudo começa por apresentar uma revisão da literatura, onde, primeiramente, se abordam vários estudos e contributos teóricos sobre a escrita e análise textual enquanto fenómeno linguístico relativamente recente que apresenta algumas designações próprias como “coesão textual” e “coerência” e, posteriormente, os conceitos de edição e revisão. Segue-se a apresentação da instituição de acolhimento e a descrição e análise das atividades desenvolvidas ao longo do estágio, com recurso a exemplos. Tendo em conta o objetivo principal, irão ser apresentados, nesta última parte, a anteceder as conclusões, os principais problemas identificados durante as atividades práticas e as respetivas propostas de resolução, atendendo aos instrumentos de normalização linguística. Este capítulo inclui, entre outras, questões de ortografia (grafia, acentuação e pontuação), morfossintaxe (concordância, determinantes e preposições) e coesão textual (repetições e estruturação).

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Atendendo que as conceções subjacentes a esta proposta têm por base um carácter prático, a necessidade de enquadramento teórico de tais noções adquire ainda maior importância com vista à fundamentação adequada do projeto em causa. Assim, serão apresentadas algumas reflexões teóricas relativas à modalidade Escrita da língua (1.1.), ao domínio designado como Linguística Textual (1.2.) e aos conceitos de Revisão (1.3.) e Edição (1.4.).

1.1. A Escrita

Foi apontado que a escrita desempenha um papel estrutural e, dentro desta perspectiva, veremos neste capítulo quais as particularidades que caracterizam as produções escritas e que, conseqüentemente, demarcam as suas semelhanças e diferenças relativamente à oralidade. Adicionalmente, para além de alguns dos seus aspetos descritivos e a sua base de carácter normativo e homogéneo, será abordada, paralelamente, a sua vertente sociolinguística (Labov, 1972) e heterogénea.

Historicamente, relativamente à sua génese, a oralidade surge em primeiro plano, sendo complementada pela literacia muito mais tarde e apenas em algumas comunidades¹. Aqui, o termo associado a uma interligação surge com o propósito de afastar a ideologia assente numa dicotomia rígida entre ambas as modalidades.

Documentalmente, no contexto português, temos um período meramente oral (período pré-literário), depois a coexistência da oralidade e da escrita (períodos do português antigo, até ao reinado de D. João I, “onde os primeiros textos escritos em língua portuguesa surgem no período histórico compreendido entre os reinados de D. Afonso Henriques e de D. Dinis” (Queiroz, 2009: 2), e o português médio, datado até aos meados do século XVI (Castro, 2004). Hodiernamente, cercamo-nos de um meio tão marcado pela cultura escrita que nos deparamos com muita relutância em estabelecer um meio limitado pela oralidade de forma exclusiva e vice-versa (Ong, 1998), ainda que a expressão oral possa existir – e na maioria das vezes existiu – sem qualquer sistema literário associado. Representa algo intrínseco que “faz parte da civilização de tal modo

¹ Existem sociedades em que a língua dos seus falantes não está normalizada, não dispendo por isso nem de gramáticas, dicionários e outros instrumentos. Por exemplo, só muito recentemente a língua cabo-verdiana iniciou o seu processo de oficialização e de padronização (Semedo, Martins & Gomes, 2015).

que se define por si mesma e, nesse contexto, a história da humanidade se divide em dois grandes momentos: antes e depois da escrita” (Queiroz, 2009: 1).

A complementaridade manifesta-se, pois, de uma forma integral, todas as produções escritas carecem de um modo direto, ou não, da esfera sonora, da conversão em som e, deste modo, não podem nunca prescindir da oralidade (Ong, 1998). A escrita enquanto sistema alfabético, notado, é dependente da fala. Isto não significa que não se identifiquem individualidades, padrões e marcas. Em contrapartida, traduz uma tentativa de se estabelecer como dois meios aditivos da linguagem, apesar das suas dissimilaridades em alguns pontos muito específicos, onde uma vez mais se intensifica que a “ligação não é uma questão de reducionismo, mas de correlação” (Ong, 1998: 195).

Uma vez que a linguagem evoluiu como fala na vida da espécie humana, todos os sistemas de escrita são parasitas com origem na língua falada [...] A escrita evoluiu nos seus próprios contextos funcionais distintos de contabilidade e administração, como ‘civilizações’ evoluiu pela primeira vez – nunca foi apenas um ‘discurso escrito’; e (pelo menos até avanços muito recentes na tecnologia) os dois continuam a atuar como complementares (Ong, 1998: 195, tradução própria).

É precisamente o reconhecimento desta complementaridade que não conseguimos encontrar frequentemente expresso. A conexão entre as modalidades oral e escrita é, recorrente e falaciosamente, entendida como antagónica. Naturalmente, surge uma disposição para se estabelecer as tradições em lados opostos, tal como é demonstrado na obra *Oralidade e Cultura Escrita* (1998) de Ong. No entanto, contrariando esta visão, Marcuschi (2007) estabelece a impossibilidade de se observar as ocorrências sob uma perspectiva tão díspar, visto que ambas concordam justamente no mesmo sistema linguístico, apesar do uso diferenciado evidente, sobretudo, na produção textual.

Não obstante, importa referir que a escrita não representa a fala e vice-versa. São práticas e usos de língua com características próprias, complementares, mas não o suficientemente distantes para as integrar numa dicotomia (Marcuschi, 2007). De acordo com a perspectiva interacional proposta por Marcuschi (2007: 33), de um modo muito semelhante, apresentam “usos estratégicos, funções internacionais”, sem superioridade de uma em relação à outra. Ainda de acordo com o mesmo autor, a tendência de fazer surgir uma grande fragmentação entre marcas orais e escritas coloca de parte os fenómenos dialógicos e discursivos e resulta numa perceção da escrita como um processo mais complexo, como o lugar exclusivo da norma e a fala imposta ao erro, à redundância e à imprecisão (Marcuschi, 2007). Contudo, tal como veremos ao longo do presente esboço, a escrita abarga igualmente o erro, incoerências, mesmo coexistindo uma norma.

Adicionalmente, tal como Koch (2006) salienta, é possível identificar um meio escrito de base informal que se aproxima do meio oral e, concomitantemente, uma fala de cariz formal que se assemelha à escrita, dependendo da situação comunicativa.

Um outro ponto conciliante, como Koch (2006) referencia, prende-se com os objetivos comunicativos subjacentes em qualquer meio e forma de comunicação. Necessariamente, para cumprir esses propósitos são feitos recursos a diferentes técnicas, e aqui podemos aprofundar as diferenças concretas entre a oralidade e a escrita. Todavia, importa referir que é através das atividades de formulação que se evidenciam as distinções entre estas duas modalidades, e não em parâmetros fixados como regras rígidas (Marchuschi e Dionísio, 2005).

A modalidade falada da língua assegura-se por intermédio de palavras e gestos; já a escrita poderá incluir fotos, ícones, entre outros signos linguísticos (Marcuschi, 2007). Enquanto a primeira é adquirida espontaneamente, através de contextos informais, a segunda dá-se pela aprendizagem de uma expressão formal associada a uma constituição gráfica.

Através de estudos linguísticos, evidenciou-se o conceito de escrita – meio gráfico – como estando associado a processos de carácter objetivo, respeitando um padrão linguístico (Signorini, 2001). Em contrapartida, a produção oral encontra-se relacionada a frases incompletas, pausas vazias, bem como a prolongamentos de vogais e interrupções (Rodrigues, 1998).

Figura 1

Excerto de transcrição de uma entrevista retirada do CSF (Corpus Sociolinguístico do Funchal)

	INF: ultimamente tenho visto os filmes do Kubrick4 o Lolita
	INQ2: yeah (barulho de motas a passar no fundo)
	INF: ehh __ sim vi tamém [também] uma série True Detective mas só a primeira temporada do que dizem
300	INQ1: espera espera põe pausa ca [que a] mulher já vem
	INQ2: entao ehhh tavas [estavas] a ver true detective
	INF: sim
	INQ2: primeira temporada certo
305	INF: ehh ainda não acabei tem 8 episódios e eu inda [ainda] só vi cinco
	INQ2: okay e até agora tendo em conta aquilo que já vistes o qu'ê [que é] que achas
	INF: eh a personagem principal eu esqueço-me o nome porque eu sou péssima com nomes _ adoro ele é muito diferente só pa [para] imaginares a casa dele não tem quase mobília nenhuma
310	INQ2: fantástico
	INF: eles são detetives com'ê [como é] óbvio plo [pelo] nome e eles tão [estão] tipo a tentar descobrir um serial killer e ele tá

O excerto da transcrição ortográfica de uma entrevista (Figura 1) permite observar algumas características da oralidade, nomeadamente pausas e hesitações, transcritas por “ehh”, e formas específicas de articular palavras, como em “tavas” (estavas), “inda” (ainda) ou de dar conta de fenómenos que ocorrem na fronteira de palavras como em “ca” (que a) ou “qu’e” (que é).

Procurando evidenciar diferenças, numa situação meramente gráfica há a possibilidade de proceder a revisões. Em contrapartida, na oralidade, essencialmente instantânea, correntemente, somos impostos a menosprezar questões de sintaxe por ter como objetivo o favorecimento da interação do diálogo e, conjuntamente, a compreensão do outro, onde se pode incluir o recorrer a repetições e paráfrases (Marchuschi & Dionísio, 2005). Ao analisar estas relações, tornam-se evidentes as diferenças no modo de expressão. Acrescente-se, ainda, que nesse mesmo momento de exteriorização, de acordo com Ong (1998), a percepção de domínio associado a um controlo é mais

pronunciante na cultura escrita, facto estreitamente ligado à existência de regras gramaticais estabelecidas, pontuação – o tal carácter homogéneo –, e o possível processo de revisão/correção anteriormente referido. Aqui, constitui-se um afastamento que resulta numa lapidação da palavra escrita, onde a correção resume-se a uma estratégia de formulação textual que se evidencia de forma mais abrupta na oralidade, sendo visível a todos.

De acordo com Ong (1998), por exemplo, na cultura oral constata-se a existência de mais construções aditivas do que subordinativas, e, procurando demonstrar tal facto, citaremos um exemplo do próprio autor que, tal como o próprio indica, apesar de ser uma forma textual, conserva uma estruturação profundamente marcada pela oralidade, visível através dos tais aditivos:

No começo, Deus criou o céu e a terra. E a terra era erma e vazia, e as trevas cobriam a superfície das profundezas; e o espírito de Deus se movia sobre as águas. E Deus disse: Faça-se a luz. E a luz se fez. E Deus viu que a luz era boa; e ele dividiu a luz das trevas. E ele chamou à Luz Dia, e às trevas, Noite; e houve noite e manhã um dia (Ong, 1998: 47).

Ao procurar moldar a um padrão mais direccionado para a cultura escrita, num outro exemplo apontado pelo autor, temos a mesma produção como:

No início, quando Deus criou os céus e a terra, a terra era um vasto deserto informe, e as trevas cobriam o abismo, enquanto um forte vento varria as águas. Então Deus disse: ‘Seja feita a luz’, e houve luz. Deus viu como era boa a luz. Deus então separou a luz das trevas. Deus chamou à luz ‘dia’ e às trevas ele chamou ‘noite’. Assim chegou a noite, e a ela sucedeu a manhã – o primeiro dia (Ong, 1998: 48).

Assim, torna-se claro que “a expressão oral está carregada de uma quantidade de epítetos e outras bagagens formulares que a cultura altamente escrita rejeita como pesados e tediosamente redundantes” (Ong, 1977: 188). Enquanto a redundância encontra-se de forma mais marcada ligada ao pensamento e, conseqüentemente, à fala, as produções escritas estabelecem “no texto uma ‘linha’ de continuidade fora da mente (Ong, 1998: 50), que procura evitar incoerências e ‘padrões mais naturais’ (Ong, 1998: 51). Por conseguinte, processos repetitivos tendem a ser uma marca mais presente na oralidade (Marchuschi e Dionísio, 2005), podendo resultar, eventualmente, numa força argumentativa. Por outro lado, num prisma de escrita, representa insegurança e pode afetar diversas estruturas gramaticais e sintáticas. Com o intuito de evitar tais questões, seja através da primeira escrita, ou seguido de um processo de revisão, há a possibilidade de reorganizar estas tendências tidas como mais naturais.

De acordo com Goody, um “esquadrinhamento retrospectivo” (1977: 49) permite uma maior seletividade, constituindo uma particularidade associada à escrita de forma mais marcante. O mesmo autor refere que numa cultura oral não existe nenhum processo equivalente, isto é, nenhum meio de rasurar uma palavra falada sem que seja detetável.

Procurando identificar outros pontos discrepantes, o significado de cada palavra num ambiente puramente oral é controlado por aquilo que Goody e Watt classificam como “ratificação semântica direta” (1968: 29), ou seja, pelas situações da vida real em que a palavra surge. Para além do exposto, o pensamento que advém do meio oral não procura orientar a estruturação do diálogo em definições (Luria, 1976: 48). Em contrapartida, o significado advém do uso no momento, do presente. Já na escrita, o conjunto de presumíveis significados é reduzido, dado que as palavras são assumidas como sendo rodeadas de uma borda semântica dura, que procura alcançar objetividade. Deste modo, a base nas construções frásicas nas duas modalidades não é equivalente, pois “frases na fala são muito mais vagamente construídas, muito menos embaladas ou integradas, do que por escrito” (Gee, 2005: 132).

Ao contrário da linguagem apontada como natural, a escrita de referência no seu todo é tida como artificial, “não há como escrever naturalmente” (Ong, 1998: 97), apesar de se imaginar como algo espontâneo, sobretudo quando associado a escritores.

havia uma visão entre os escritores estudantes que eu conhecia na época que a boa escrita vem espontaneamente, numa onda de sentimento que tinha que ser apanhada de uma só vez; quando estavas a construir aquela importante escada para o céu, não podias ficar com o martelo na mão (King, 2000: 62, tradução própria).

Contudo, o registo escrito distingue-se por estar distanciado de uma inevitável inconsciência que surge na fala (Ong, 1998), e por ser “a demanda da leveza, elegância, concisão” (Monteiro, 2018a: 7). Em complemento, serve-se da pontuação para suprir a falta de recursos rítmicos e melódicos presentes na oralidade.

Ainda no que lhe diz respeito, a sua valorização e desejo de aprendizagem da escrita da língua portuguesa surge no reino de Portugal, entre a segunda metade do século XV e princípios do século XVI (Queiroz, 2009). Consequentemente, sobrevêm as primeiras gramáticas, a *Gramática da Língua Portuguesa* (Fernão de Oliveira, 1536) e a *Gramática da Língua Portuguesa* (João Barros, 1540), “obras escritas em vernáculos que fornecem informação sobre a construção das palavras e das frases” (Mateus & Villalva, 2006: 33). Ainda assim, o fenómeno da escrita, na perspetiva de Saussure, possui “defeitos e perigos” (1975: 33).

A escrita, de uma forma muito incisiva, encontra-se associada a um caráter homogéneo – uma norma ortográfica para as línguas padronizadas, onde se explicitam domínios variados, ou seja, os seus módulos e como esses se relacionam. Aqui inclui-se o lexical (léxico), a sintaxe (estruturas linguísticas), semântica (interpretação) e fonologia (materialização dos enunciados) (Mateus & Villalva, 2006). Esta norma corresponde ao código linguístico de uma comunidade de falantes, fixado em gramáticas, dicionários, prontuários, entre outros suportes. Trata-se de um conjunto de princípios definidos que orientam o seu utilizador através de um ponto de referência. É a partir dela que se identificam os usos ditos certos ou errados.

Mas a linguagem, seja oral ou com recurso a meios escritos, é um objeto dinâmico, permeável e rodeado de influências de natureza social. Também a escrita admite variação em correlação com variáveis sociolinguísticas (Labov, 1972; Sebba, 2009) – idade e a escolaridade, por exemplo –, assim como a noção de “erro”, de estilo, organiza-se em tipologias e contempla uma estruturação espacial (mural, papel, slogan, grafitti, carta, etc.).

A linguagem é traçada de inúmeras formas, colmatando num instrumento basilar de comunicação (Koch, 2006). Por sua vez, é capaz de ser testemunhada sob fontes diversificadas, onde se inclui a escrita e, paralelamente, a oralidade. De um modo simultâneo ou não, em ambos os casos, e conforme Santana (2002) ressalva, é necessário admitir um panorama alargado de linguagem que não menospreze questões de base histórica e social. Dentro de um panorama gráfico ou sonoro,

a língua realiza-se como um fenómeno heterogéneo (com múltiplas formas de manifestação, variável (dinâmico, suscetível a mudanças), histórico e social (fruto de práticas sociais e históricas), indeterminado sob o ponto de vista semântico e sintático (submetido às condições de produção) (Marcuschi, 2007: 43).

Daqui decorre que todos os seus usos são situados, sociais e históricos, com alto grau de heterogeneidade associado. Assim, espelham-se como dois meios envolventes e interativos, sempre orientados para o outro. De um modo complementar, segundo Labov (1964), a variação é, em parte, indissociável da língua. Por sua vez, esta pode se estender a três tipos de variação: i) variação diatópica (geográfica, ou seja, de acordo com a organização do espaço em que é falada), ii) variação diastrática (também conhecida por social, oscilação de acordo com as características da comunidade que a fala) e, por fim, iii) a variação diafásica (estilística ou de registo) (Freitag & Lima (2010), que podem se manifestar sobretudo a nível lexical.

Uma língua não é um objecto estático e fechado, como as descrições linguísticas sincrónicas, por conveniência prática, muitas vezes deixam supor; antes parece um corpo vivo que se acha em mutação constante, nem sempre avançando de forma linear para um objectivo determinado: também pode reverter sobre os seus passos ou pode oscilar entre avanços em várias direcções, naquilo que se chamaria variação (Castro, 2004: 7).

O contexto português, por exemplo, não é muito afetado por tensões linguísticas. No entanto, existe uma divisão mais ou menos estável entre dialetos setentrionais (dialetos transmontanos, minhotos e beirões), os dialetos centro-meridionais (Centro e Sul) e os dialetos insulares (Açores e Madeira) (Mateus & Villava, 2006), e a esta diversidade geográfica corresponde uma diversidade linguística.

Segundo Castro (2004), uma das mais velhas ilusões é a de que uma língua deve ser exatamente igual para todos os que a falam e, dentro deste contexto, torna-se labiríntico conseguir diferenciar a variação do erro. Assim, tal como fora demonstrado, no conceito reside uma elevada complexidade, donde decorrem diversas áreas de estudo.

1.2. Linguística Textual

Vejamos agora a descrição de alguns aspetos de uma dessas esferas e a sua importância para o estudo da língua. Assim sendo, a Linguística Textual (doravante LT), tendo como estabelecimento o século XX, desenvolve-se no espaço europeu com o intuito de alargar os objetos de estudos linguísticos para além das unidades de frase e de palavra até então estudados. Deste modo, temos o surgimento do texto como cerne de análise, onde subjaz a construção de sentido a partir do mesmo (Van Dijk, 1977). Estudar uma composição textual é explorar uma estrutura dotada de sentido, com objetivações e intenções definidas. Assim, define-se como “a materialização máxima da língua” (Rocha & Silva, 2017: 27). Neste quadro, o conceito de texto varia conforme o autor e/ou a orientação teórica adotada. Já no interior de orientação de natureza pragmática, o texto passa a ser encarado, pelas teorias acionais, como uma sequência de atos de fala; pelas vertentes cognitivas, como um fenómeno.

Para Schimdt, o texto é

qualquer expressão de um conjunto linguístico numa atividade de comunicação – no âmbito de um *jogo de atuação comunicativa* – tematicamente orientado e preenchendo uma função comunicativa reconhecível, ou seja, realizando um potencial elucidário reconhecível (Schmidt, 1978: 70).

As palavras não resultam na formação de um significado; é o texto que o transmite. Na ótica de Umberto Eco “um texto [...] resulta da manipulação das possibilidades de um sistema” (Eco, 2012: 33).

A linguística textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado, deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente linguístico abordado no aspecto da coesão, e por outro, deve considerar a organização reticulada ou tentacular, não linear, portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas (Marchuschi, 1983: 12-113).

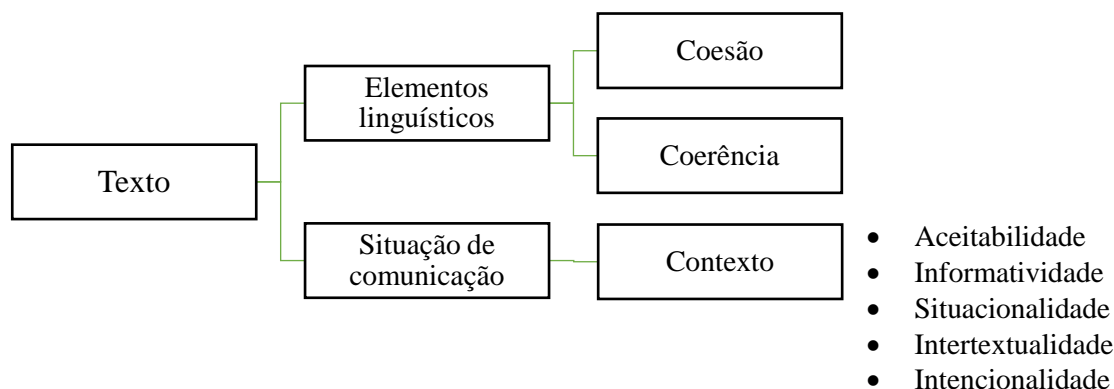
A LT é uma das áreas gerais da linguística, onde se integram diversos fatores linguísticos, como o pragmático, o semântico, o lexical, o gramatical, ou seja, aspectos que configuram estrutura ao objeto. Essencialmente, procura analisar como está formado o texto. De uma forma muito objetiva, esta área de estudo procura ultrapassar as unidades linguísticas mínimas e expandir a sua análise para um “todo”, isto é, para a estrutura e funcionamento dos textos, sob uma perspectiva interacional entre os diferentes elementos. Importa acentuar que as frases e as palavras não funcionam isoladamente, antes estabelecem uma conexão de sentido. Adicionalmente, o uso da escrita serve justamente para estabelecer esse processo de comunicar de forma coerente e coesa. Portanto, para produzir um bom texto é importante saber utilizar os critérios de textualidade, tratados mais adiante e que consideramos de importância verdadeiramente capital.

Ao direcionar os estudos para unidades linguísticas que ultrapassam a palavra e a frase, denota-se um interesse num sistema mais complexo. Este, por sua vez, deve reunir algumas propriedades específicas, por exemplo, informação relevante (Mateus & Villalva, 2006).

Concomitantemente, através de Beaugrande e Dressler (1997) são apresentadas sete condições de textualidade como: i) coesão; ii) coerência; iii) informatividade; iv) intencionalidade; v) intertextualidade; vi) situacionalidade; vii) aceitabilidade, que se caracterizam como instâncias essenciais, sendo que qualquer elemento textual que não satisfaça estas condições é considerado um não texto. A partir de agora, passamos a estudar os fatores de textualidade que fornecem coerência linguística (Koch & Travaglia, 2015).

Quadro 1

Elementos de textualidade



No que concerne à **coesão**, trata-se de um processo que consiste numa ligação entre as partes de um texto através da escolha de determinados operadores textuais. Funciona como um fio conector entre os elementos com o objetivo de atribuir sentido. Na ótica de Santos, “o uso adequado de elementos coesivos atribui ao texto maior legibilidade” (2013: 93). Dentro deste tópico, temos subcategorias, tais como:

- a) Coesão lexical: Tal como Koch salienta, “diz respeito a todos os processos de sequencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual” (2004a: 18).
- b) Referenciação: Estabelece-se entre dois ou mais componentes que remetem a um mesmo referente. De uma forma sucinta, funciona como um meio de mencionar termos anteriormente referidos, sem que se perca a linearidade do texto. Aqui podemos mencionar a referência anafórica – a um signo já expresso – e catafórica – o oposto.

Estas categorias beneficiam aquando do uso de alguns mecanismos, nomeadamente, os da substituição, do recurso à elipse e às conjunções. A categoria lexical está ao serviço da substituição e, tal como o próprio nome indica, consiste em substituir determinado elemento por outro, quer seja por meio de pronomes pessoais, numerais, etc. Tal como Koch aponta, “seria uma relação interna ao texto, em que uma espécie de ‘coringa’ é usada em lugar de repetição de um item particular” (2004a: 20). Já a elipse, estando aliada à coesão referencial, representa a função de omissão de um item lexical “recuperável pelo contexto” (Fávero, 2003: 14), podendo constituir um sintagma, uma oração ou um enunciado completo. Em complemento, o uso de conjunções interfrásicas

representa um outro método com alguma importância, encontra-se diretamente associado à sequência do texto, onde se inclui a causalidade, temporalidade, por exemplo, e sendo representado por expressões como: mas, todavia, contudo, entre outras.

No que se prende à **coerência**, importa ressaltar a sua ligação à estrutura, à unidade de sentido entre as partes integrantes e à ideia de continuidade (Santos, 2013). Encontra-se associada às ideias e aos argumentos, apresentados de maneira ordenada e significativa que permita o entendimento por parte do leitor, pois todo o relato escrito pressupõe uma leitura. A construção da coerência inclui a exposição de forma organizada, a renovação de conteúdos, a fim de evitar repetições e contradições. Prende-se com a macroestrutura da produção e é alcançada por meio de estruturas linguísticas que asseguram a ligação entre as frases. Traduz-se num atributo do texto que engloba a forma de apresentação dos conceitos e das ideias (Olshtain & Celce-Murcia, 2001). Tal como Koch refere:

adotando-se uma perspectiva pragmático-enunciativa, passou-se a postular que a coerência não constitui mera propriedade ou qualidade do texto em si, mas que é um fenômeno muito mais amplo, visto que ela se constrói, em dada situação de interação, entre o texto e os seus leitores, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem linguística, cognitiva, sociocultural e interacional (2004a: 13).

Entendida como uma propriedade própria dos textos, a coerência manifesta-se quando os diferentes componentes se encontram relacionados de forma a criar um significado e que, conseqüentemente, o todo faça sentido. “Neste sentido, a coerência textual interna controla os impulsos que seriam, de outro modo, incontroláveis” (Eco, 2012: 34).

Já a **informatividade**, de acordo com Koch & Travaglia (2015), determina a seleção e distribuição da informação que, de forma evidente, varia consoante a situação comunicativa. Assim, interfere diretamente na construção de coerência. Em relação à **intencionalidade**, os mesmos autores referem que não existem textos neutros, há sempre uma intenção e, conseqüentemente, argumentação. A finalidade deve ser compreendida (Marcuschi, 2008). No entendimento de Marcuschi, a **intertextualidade** “é uma propriedade constitutiva de qualquer texto e o conjunto de relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo de textos mantêm com outros textos” (2008: 130). No que concerne à **situacionalidade**, caracteriza-se como a adequação à situação comunicativa. Este ajustamento ajuda a direcionar o sentido do texto, onde se inclui o grau de formalidade, o lugar e o momento da comunicação, o objetivo, etc. (Koch &

Travaglia, 2015). Por fim, a **aceitabilidade** cinge-se à posição do leitor em relação ao texto. Por sua vez, estes critérios unem-se para formar uma cadeia textual (Santos, 2013).

Dentro desta área, o texto é assumido como um elemento embebido de coesão e intencionalidade que ultrapassa as fronteiras transfrásticas. Visto isto, a análise de segmentos individuais revela-se insuficiente para compreender e explicar a linguagem. Em contrapartida, é necessário ter em consideração uma sequência capaz de configurar uma unidade íntegra e coesa. A partir de unidades menores, segmentadas, não é possível analisar um todo, mas a partir de um texto é possível analisar o todo e as respetivas unidades. Nesse sentido, procurando desenvolver esta ideia, Van Dijk refere que:

há diferenças sistemáticas entre as orações compostas e as sequências de orações, especialmente num nível pragmático de descrição, e o significado das orações pode depender do significado de outras orações da mesma expressão, ainda que nem sempre do mesmo modo que os significados das cláusulas nas orações compostas ou complexas. Estas são as razões que nos levaram a supor que as expressões devem ser reconstruídas nos termos de uma unidade maior, isto, é o texto (1977: 32, tradução própria).

Assim, podemos apresentar a ideia de texto como uma “unidade de linguagem em uso” (Halliday & Hasan’s, 1976) que não se define pelo seu tamanho. Logo, de uma forma inevitável, a matéria e o estudo da linguagem, adstritos à gramática, estendem-se ao todo, ou seja, a todos os elementos estruturantes que a integram. Por sua vez, dentro da dimensão textual e de um panorama geral, tal como Fairclough (2003) aponta, temos aspetos estruturantes que formam o todo, nomeadamente elementos conversacionais, compostos sintáticos e lexicais e, ainda, elementos de coerência textual como, por exemplo, os conectores. Dentro deste contexto de análise do discurso, os elementos anteriormente referidos contribuem para a construção do significado do texto.

Deste modo, e tendo em conta tudo o que foi anteriormente referido, surge como cerne de interesse uma análise de todo o significado, não a de segmentos isolados. O processo passa a ter uma direção de texto para unidades menores e não de unidades menores para o texto. Tal como Koch faz referência, o texto é

visto como a unidade linguística hierarquicamente mais elevada, constitui uma entidade do sistema linguístico, cujas estruturas possíveis em cada língua devem ser determinadas pelas regras de uma gramática textual (2004a: 6).

Aqui podemos introduzir o conceito da norma, descrito através das gramáticas normativas e prescritivas. Caracteriza-se como “um conjunto de regras, um código que nos ensina a falar e a escrever de um modo ideal” (Mateus & Cardeira, 2007: 2) que surge porque

o homem busca, incansavelmente, encontrar uma ordem para as coisas, já que um mundo caótico seria incompreensível, insuportável; por isso ele busca encontrar em meio à aparência caótica uma ordem mesmo subjacente, uma estrutura capaz de explicar as coisas (Cintra, 1994: 19).

Acrescente-se ainda que

No início da codificação do português, no século XVI, sentiram os gramáticos necessidade de justificar e legitimar a sua atividade, e para isso foi necessário afirmar a sua dignidade, autonomia, especificidade face a outras línguas, nomeadamente e sobretudo em relação ao latim, e a sua regularidade – uma vez que essa era a propriedade que lhe permitiria ser vertida em ‘arte’ – assim como a sua capacidade de adaptação às mais variadas situações comunicativas (Maia, 2008: 33).

Assim, reflete apenas uma parte da totalidade do uso da língua e é determinada, para além da fonte oral, pela escrita. Se é facto que não há língua sem variação – e é isto, hoje, indiscutível na ciência –, também é certo que não existe uma comunidade falante que não tenha consciência de que há o certo e o errado. Deste modo, os falantes reconhecem a existência de uma prática padronizada, uma norma (Mateus e Cardeira, 2007). Aparentemente, a aquisição de tais conhecimentos deveria ser um processo simples. No entanto, muito frequentemente torna-se complexo decidir se determinada construção frásica é aceitável ou não, daí a importância do recurso a gramáticas.

A escrita, de uma forma muito incisiva, encontra-se associada a um carácter homogéneo. Mas a linguagem, seja oral ou com recurso a meios escritos, é um objeto dinâmico, permeável e rodeado de influências de natureza social e admite variação/heterogeneidade. Bagno (2017) conclui, então, que o conceito de norma se tornou uma hipóstase, uma objetificação falaciosa.

Uma vez estabelecidos, os sistemas de escrita tendem a ser mais conservadores, mudando menos rapidamente que os sistemas de língua falada seguindo uma norma ortográfica, onde quem escreve com erros é avaliado negativamente. Concomitantemente, na escrita observa-se também uma diversidade, associada a aspetos sociolinguísticos – nível de escolaridade, por exemplo –, à noção de “erro” e de estilo. De acordo com Humberto Eco, “um sistema linguístico é um dispositivo a partir e através do qual podem ser produzidas sequências linguísticas infinitas” (2012: 33).

Com a Gramática Generativa, associada a Noam Chomsky, o conceito em torno da norma linguística adquire um significado propositadamente duplo: um, sinónimo de conhecimento linguístico dos sujeitos falantes, e outro, de descrição desse conhecimento por parte dos linguistas. Assim, “a gramática ganha uma dimensão cognitiva, que hoje, praticamente de modo consensual, é aceite” (Brito, 2010: 2). De acordo com Reis Lobato,

autor da *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* (1770), é indispensável conhecer as regras da língua materna. Em primeiro lugar, para se falar sem erros e, em segundo lugar, para conhecimento dos fundamentos.

Ninguem pode duvidar do grande proveito, que alcança cada hum em saber a Grammatica da sua mesmo língua; porque não somente consegue fallala com certeza, mas também fica desembaraçado para aprender com muita facilidade qualquer outra. A razão disto he claríssima; porquanto na Grammatica materna, de que já o uso nos tem ensinado a prática das suas regras, sem dificuldade se prendem muitos princípios, que são comuns a todas as línguas; e por isso todo aquelle, que della tiver perfeita sciencia, quando passar para o estudo de qualquer língua estrangeira, assim como a Latina, levará hum grande adiantamento por saber já o que he Nome, o que he Verbo, e a natureza, e propriedade de todas as partes do discurso, e o modo com que se unem estas na oração (Reis Lobato, 1770: X-XI).

A perseverança da ideologia normativa, velada em inúmeras gramáticas que surgiram no decorrer do século XX, insiste na convicção que o “cidadão médio tem de um gramático: alguém que legisla sobre o que o uso linguístico de cada um deve ser” (Duarte, 2010: 11). Com efeito, a descrição gramatical tem de proporcionar uma sistematização das propriedades que distinguem o modo informal do formal. Deste modo, retomando a LT, no processo de escrita textual é essencial considerar as normas que regem a produção de um bom texto. De uma forma sucinta, falar de texto é falar de comunicação e produção de sentidos que edificam o ambiente de interação entre um produtor e um recetor, por isso não pode ser escrito de qualquer forma (Rocha, 2015).

As variadas produções possibilitam estudos e análises e, tal como Marcuschi (2008: 51) ressalva, há diversos fatores suscetíveis de serem objeto de reflexão, tais como:

a) a língua no seu funcionamento autêntico; b) os problemas morfológicos; c) a definição de categorias gramaticais; d) a organização de estruturas sintáticas; e) a organização do léxico e exploração do vocabulário; f) o funcionamento dos processos semânticos da língua; g) a organização das intenções e processos pragmáticos; h) as estratégias de redação e questões de estilo; i) a progressão temática e organização tópica; j) a questão da leitura e da compreensão; k) os padrões do raciocínio e da argumentação; l) o estudo dos géneros textuais; m) o estudo da pontuação e da ortografia), etc.

Na tentativa de aprofundar estes tópicos, em relação ao conhecimento dos diferentes géneros textuais, Silva (2019) destaca a sua notável relevância referindo que

qualquer classificação constitui uma tentativa de conferir ordem a um conjunto de objetos ou entidades que, de outra forma, seriam concebidos de maneira desorganizada, assistemática e avulsa. Classificar textos é, portanto, uma atividade que tem como objetivo geral primário ‘arrumar’ em classes a numerosa e heteróclita massa de produções verbais. As vantagens são múltiplas e decisivas para os sujeitos falantes, quer porque permite processar a informação de modo mais eficiente, quer porque ajuda a produzir textos mais adequados à situação em que se está, quer ainda porque contribui para que se

perspetive as produções verbais de forma organizada, entre outros proveitos relevantes (Silva, 2019: 5).

De acordo com o mesmo autor, o reconhecimento dos múltiplos traços textuais reflete-se numa análise externa e interna do texto que varia de acordo as “propriedades não diretamente observáveis” (Silva, 2019: 6) da produção, mais concretamente com a situação comunicativa envolvente – tempo, espaço e objetivos, por exemplo –, e em função das características “que podem ser identificadas diretamente no objeto, como os temas abordados [...], [as] opções de natureza estilística (sobretudo lexical e sintática) ou o suporte material em que o texto circula” (Silva, 2019: 6), respetivamente. Em conformidade com essa tentativa de identificação, a classificação procura dar importância a determinadas características que se atestam de forma mais marcante e, conseqüentemente, inclui-las nas respetivas classes textuais com base em critérios bem definidos (Silva, 2019).

De uma forma evidente, o propósito linguístico de determinado autor traduz um dos principais fundamentos na caracterização do género textual.

Ao escrever um texto do género notícia, um jornalista visa informar o público acerca de um determinado acontecimento (ou um conjunto de acontecimentos), enquanto o diretor do mesmo jornal, quando escreve um texto do género editorial, pretende convencer os leitores acerca das ideias que expõe e que defende. Assim, o objetivo que um locutor tem em mente permite diferenciar textos de géneros distintos, proporcionando uma delimitação mais clara entre os géneros, em particular entre os que estão disponíveis no seio de um mesmo tipo de discurso (o discurso académico ou o discurso jornalístico, no caso dos exemplos apresentados). Por isso, identificar ou reconhecer as finalidades inerentes aos textos de um dado género é decisivo para que se possa inserir esses textos nos géneros em causa (Silva, 2015: 17).

Deste modo, uma correta categorização pode ser um fio condutor para que os objetos em causa sejam “perspetivados de forma ordenada e sistemática” (Silva, 2019: 15). Para tal fim existem, de acordo com o mesmo autor, oito critérios de identificação, nomeadamente uma **componente de base enunciativa** (identidade dos interlocutores, questões socioprofissionais), outra de **cariz pragmático** (intenções comunicativas), **composicional** (estruturação do objeto), de **índole semântica** (qual o tema versado no texto), **estilístico-fraseológico** (seleção lexical e construções sintáticas), **material** (oposição entre textos orais e escritos, aspetos de natureza gráfica – formatação, tipo e corpo de letra, por exemplo –, **metatextual** (referente às conceções relativas a um dado género), e, por fim, um **campo peritextual** (fronteiras e limites do texto – exemplo: Capítulo 1, “fim”) (Silva, 2015).

Por exemplo, o discurso jornalístico compreende géneros como a notícia, a reportagem, a coluna, o editorial e o artigo de opinião; o literário é abrangido pelo soneto,

romance, conto, pela cantiga, tragédia e comédia. Já o discurso de caráter científico é composto por teses de doutoramento, dissertações de mestrado, artigos científicos e pela conferência. Cada um dos gêneros anteriormente referidos evidencia construções próprias que delimitam o percurso a seguir na escrita e na revisão. Assim, a análise de textos de cada gênero visa, sobretudo, descrever as situações em que ocorrem, as ações que realizam e os objetivos que concretizam (Silva, 2016). Por exemplo, os textos de índole científica procuram “estabelecer um território, estabelecer um nicho e ocupar esse nicho (Silva, 2016: 184).

Cada um dos três movimentos inclui um conjunto de passos que visam atingir o estabelecimento de um território, o autor de um artigo científico pode salientar a centralidade do tema abordado, apresentar reflexões gerais acerca do assunto e rever a literatura previamente publicada sobre esse mesmo tema. Resumidamente,

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, dos quais os membros partilham alguns conjuntos de propósitos comunicativos. Estes propósitos são reconhecidos [...], constituindo assim a lógica do gênero. Esta racionalidade molda a estrutura esquemática do discurso e influencia e limita a escolha do conteúdo e do estilo. Além do propósito, os exemplares de um gênero exibem vários padrões de semelhança em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público pretendido (Swales *apud* Silva, 2016: 186, tradução própria).

Complementando esta questão, por vezes, os diversos elementos anteriormente elencados carecem de coesão, resultam num conjunto de frases soltas e/ou um excesso de repetições, denotam falhas. Para a viabilização de uma melhoria, quando ocorrem estes incidentes, é necessário ter uma visão crítica, uma abordagem de cariz linguístico, onde se pode incluir o processo de revisão e edição linguística.

1.3. Revisão

Segundo Sousa (2015), o processo de revisão é visto como um trabalho rápido, informal, sem grandes exigências e dificuldade associadas. Indubitavelmente tem hoje uma importância bastante decaída. No entanto, contrariando esta visão, Oliveira (2007) e Rocha & Silva (2010) apontam a importância da função social desta atividade. De acordo com estes autores, considerar um processo exclusivamente mecânico e automatizado é pressupor de forma desacertada e antiquada.

Numa visão pouco abrangente, é percebido como um procedimento que abarga

corrigir gralhas; pontuação, recorrendo à substituição por sinónimos; evitar estruturas complexas e de difícil entendimento; verificar concordâncias; uniformizar o uso de maiúsculas e minúsculas; regular o uso de estrangeirismos, recorrendo ou não a itálico; identificar galicismos e substituí-los, ou não, consoante a situação, por palavras em português vernáculo (Pacheco, 2013: 16-17).

De acordo com esta ótica, o revisor apenas considera instrumentos de normalização e, em contrapartida, descarta a base discursiva. No entanto, estende-se além da correção ortográfica e gramatical, onde o revisor apenas “tem a tarefa de corrigir e aprimorar o texto de outrem” (Leite & Magalhães, 2014: 20). Neste sentido, alguns autores apontam esta área como uma atividade de leitura crítica (Leite & Magalhães, 2014; Rosa & Gonçalves, 2013). A base da natureza de rever é duvidar (Costa, 2012) e a leitura é um suporte. Rosa & Gonçalves, cujas considerações temos seguido no estabelecimento destes princípios de carácter técnico, exprimem-se pelas seguintes palavras ao concretizar a importância da leitura:

é preciso estar disposto a ler, parar, pensar, analisar, buscando muitas vezes mais informações e mais leituras sobre o assunto para que se possa entender a verdade absoluta do texto lido, a real intenção do autor e do texto (Rosa & Gonçalves, 2013: 11).

Será necessário, para emprestar-lhe um sentido aceitável, procurá-lo bem longe da significação literal e envolver pesquisa, pois “a primeira leitura é quase sempre cerebral” (Monteiro², 2018a: 45). O revisor desenvolve uma capacidade de leitura diferente, precisamente porque assume o papel de primeiro leitor do texto de outrem. E acontece, não raro, ficar a realização aquém ou em desarmonia com a intenção, pois nem sempre o espírito crítico do autor iguala ou sobreleva as exigências dos leitores.

Adicionalmente, ao se colocar na perspectiva do potencial leitor final, o revisor possui a capacidade de eliminar eventuais ambiguidades que o texto possa conter, ou seja,

² Licenciado em Economia, com uma pós-graduação em Jornalismo e um curso de Revisão de Textos pela Universidade Católica, Manuel Monteiro apresenta-se, hodiernamente, como escritor, revisor linguístico e formador profissional, contando com obras publicadas na área da literatura e da não-ficção. Foi através do seu livro *Por amor à língua: contra a Linguagem que por aí circula*, segundo o mesmo uma produção onde a “crítica abunda” (Monteiro, 2018a: 6), que fiquei a conhecer todo o seu trabalho, e cujas considerações servem de sustento da presente investigação. No resumo desse mesmo livro exprime-se pelas seguintes palavras:

Se chove muito, chove torrencialmente. Se aconselhamos ou recomendamos com ênfase, aconselhamos e recomendamos vivamente. Se rejeitamos ou recusamos, rejeitamos ou recusamos liminarmente. Mas se afirmamos, afirmamos categoricamente ou peremptoriamente. Quando acreditamos, acreditamos piamente; mas quando confiamos, já confiamos cegamente. Se nos enganamos, enganamo-nos redondamente; mas se falhamos, já falhamos rotundamente. E quando alguém mente, não raro, recorremos à rima para o insultar: mente descaradamente. E tudo isto nos deveria irritar solenemente (quando alguém se irrita, fá-lo sempre com solenidade (Monteiro, 2018a).

Aqui aborda inúmeras questões, como o pleonasma não intencional – repetição de um termo, por vezes de alguma informação desnecessariamente –, o uso de adjetivos e lugares-comuns, palavras e expressões entendidas como ubíquas, passando também por debater questões em torno do Novo Acordo, por exemplo. A este respeito, chama a atenção para inúmeras questões, a meu ver, involuntárias e que, muitas vezes, não nos apercebemos. Posto isto, representa um livro imprescindível no estudo da língua portuguesa, sobretudo a nível do seu uso incorreto, sistematicamente, inconsciente.

a função comunicativa dos textos não é negligenciada durante o processo de revisão. Trata-se de um processo essencial, visto que o autor de determinado texto, ao estar tão familiarizado com o mesmo, arriscar-se-á a aprovar a publicação assente em gralhas. A sua obra, por mais espontânea que seja, e por mais instintiva, corresponde sempre a uma ideia que se lhe desperta no espírito e logo fica sujeita a falhas inconscientes. Mais ainda, natural e frequente é o autor não se fazer compreender íntegra e uniformemente.

Assim sendo, o autor é o pior revisor do seu texto (Costa, 2012) e, muito frequentemente, vícios linguísticos, isto é, desvios das normas gramaticais, invadem a estrutura do objeto. Esta prática é visível em diversos níveis, morfológico e semântico, por exemplo. Devem também ser tidos em consideração aspetos de natureza pragmática, como a intencionalidade do autor e a situação comunicativa na qual ele participa. O revisor adota uma postura de igualdade e direciona a sua intervenção em busca do melhoramento, adequação, cooperação e flexibilidade.

No seguimento, alguns autores entendem a revisão como um meio de resolução de “problemas existentes do ponto de vista formal, organizacional ou informacional, por meio de operações de adição, supressão, substituição ou deslocação, ou através da apresentação de sugestões alternativas” (Marques, 2014: 17). Trata-se de um processo que acarreta várias decisões, não de uma atividade final (Fidalgo, 2014; Rosa & Gonçalves, 2013; Sousa, 2015), que resulta num produto. Assim como a palavra, a pontuação, a frase, são originados num movimento oscilatório, o produto revisto considera-se como o resultado duma aglutinação de tarefas que, coerentemente, se poderá designar por processo de revisão. Como consequência do procedimento que o antecede, deve resultar num aperfeiçoamento e, conseqüentemente, denotar qualidade. “As notas para o autor são [de facto] essenciais” (Monteiro, 2018a: 206), no entanto fica aqui demonstrado que deverá provir de um processo, e não de uma simples aplicação de regras ou hábil jogo de anotações.

E aqui tocamos num ponto interessantíssimo, o trabalho do revisor deve, assim, ser impercetível para o leitor, tendo sempre em vista a valorização e o melhoramento do texto. O espírito de revisão impede a manifestação da personalidade.

Os revisores, se pudessem, se não estivessem atados de pés e mãos por um conjunto de proibições mais impositivos que o código penal, saberiam mudar a face do mundo, implantar o reino da felicidade universal, dando de beber a quem tem sede, de comer a quem tem fome, paz aos que vivem agitados, alegria aos tristes, companhia aos solitários, esperança a quem a tinha perdida, para não falar da fácil liquidação das misérias e dos crimes, porque tudo eles fariam pela simples mudança das palavras (Saramago, 2008: 50).

No processo, o revisor deverá ser para o texto o que o projetor é para o diapositivo que lhe põe no foco: torna-o, a todos, mais visível e valoriza-lhe pormenores que quase se não apercebem sem o poder da lente. O pensamento passa pela modificação, mas por forma muito mais teórica e fundamentada do que estética, resultando no fundo em tentativas que não deixem rasto.

Este profissional, apesar da sua invisibilidade, contribui para a legibilidade do seu objeto. A importância deste fator é de tal ordem que alguns autores entendem que a revisão transcende o normativo e que o seu objeto não é apenas a língua, mas antes o texto como um todo, que inclui aspetos verbais e não verbais (Poel, 2003).

Na perspectiva da Semiótica Social, a comunicação é mediada por uma rede plural de linguagem: escrita, fala imagens (formas, volumes, massas, dimensões), movimentos, direções, traços, linhas, cores (gráficos), luzes, números, gestos, sons, objetivos, expressões, cheiros, texturas, olhar, sensação, tato. [...] Por isso, na Semiótica Social, linguagem quer dizer uma variada intrincada de formas sociais de comunicação e significação (Macedo, 2013: 68).

Tal como Rocha (2012) refere, todos os recursos não verbais são, de igual forma, agentes encarregues de conferir sentido e efeitos discursivos. Relaciona-se com uma atividade associada a uma prática social, interativa e dialógica (Fidalgo, 2014; Macedo, 2013) inserida num contexto social.

Aqui, é importante que a atenção recaia sob a macro e microestrutura, analisando em primeiro lugar a disposição das ideias, o sentido e a quem a produção se destina e, em seguida, o conteúdo linguístico. O processo de escrita é influenciado pelo leitor, uma vez que será este que irá dar significado ao conteúdo emitido. Por exemplo, um texto literário pode estar escrupulosa e elegantemente escrito, no ponto de vista formal, e ser vazio de sentido. O conjunto de leitores formula o paradigma de uniformização a seguir, quer no que toca ao paradigma ideológico, quer no que tange ao método e linguagem a sustentar a informação.

Adicionalmente, é importante olhar para o autor do texto, ou seja, reconhecer os seus objetivos comunicativos e as intenções adjacentes. “O compromisso na escrita passa por mediações, e constitui mediações” (Barthes, 1975: 28), tanto a nível linguístico como comunicativo, evidenciando a sua enorme importância. Deve-se discutir os problemas antes de proceder a qualquer alteração, respeitando a visão de mundo do autor (cf. Oliveira, 2007). Naturalmente irão surgir dúvidas e, nesses casos, a interação e o diálogo são fundamentais. Ainda que a obra nasça e se explique pelo autor a que pertence, é certo também que, aqui ou ali, deixará de ser compreendida com justeza, clareza e coerência.

Este meio de interação e “o diálogo aberto com o autor” (Leite & Magalhães, 2014: 20), onde se estabelece uma “aliança”, admite a norma, mas, ao mesmo tempo, variação linguística. Se o autor se deve harmonizar com as exigências do carácter normativo, o mesmo se deve dizer do revisor em relação à variação. Em polo oposto, uma eventual desproporção seria geralmente julgada como resultante de insuficiência das qualidades do profissional. Fica patente que corrigir erros ortográficos, a pontuação – ou porventura a sua ausência – é só parte da função, sendo perceber o texto e analisar a sua forma uma outra parte bastante interessante, tornando o revisor numa pessoa que encontra na dúvida o mote para o estudo. Assim, o revisor, mesmo quando trabalha na esfera dos conteúdos, não reescreve, não substitui o autor, mas torna-se no seu grande aliado.

Com vista a respeitar a ótica de origem, pode apresentar sugestões ao invés de aplicar as correções de forma imediata. Através de uma invisibilidade, funciona como um mediador entre os vários participantes do circuito de publicação.

o revisor deve ter liberdade para agir, há de ter poder de decisão, e não ficar limitado à preocupação com a conferência, o cotejo, a mancha gráfica. Mas o revisor deve se ater ao padrão estilístico do autor, à tendência da obra (Rocha, 2012: 96).

Importa denotar que este reconhecimento e as consequentes alterações devem estar em concordância com o estilo do autor e as suas ideologias. De acordo com a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, cada indivíduo estabelece o seu ideal linguístico e, conseqüentemente, procura extrair “as formas de enunciado que melhor exprimam o seu gosto e o pensamento” (Cunha & Cintra, 2005: 1). Essa escolha é a gênese para o estilo individual que deve ser respeitado pelo profissional de revisão.

Assim, fatores como o contexto, a visão do autor, a área temática, o género textual e a receção, revelam grande importância e, no seu conjunto, refletem a complexidade associada à metodologia de revisão e norteiam o que é escrito. Tendo em conta estes fatores, devemos evitar incongruências.

Para tal, conhecimentos sólidos da língua portuguesa, cultura geral e alguns conhecimentos de informática são centrais. Em complemento, procurar ler sobre diversas temáticas visto que “os conhecimentos prévios sobre o conteúdo do texto facilitam a sua compreensão”, associado a uma dúvida metódica e sentido crítico (Passos & Santos, 2015: 5). Adicionalmente, deve denotar uma atenção ao detalhe, rigor, dominar os diferentes géneros e as respectivas características e tipologias textuais e saber reconhecer as suas limitações. Ainda que procure conhecimento, o revisor não conhece tudo e, por esse mesmo motivo, tem as suas dúvidas. Para além de não representar alguém que se

limita a encontrar erros nos textos de outros, também não espelha alguém que conhece o significado de todas as palavras da língua ou um “guia de estilo ambulante” (Fidalgo, 2014: 67). Ainda assim, tal como ficou demonstrado, o perfil do revisor encontra-se assente numa polivalência e, de acordo com Saramago, define-se como “maníacos do alinhamento, da precisão, da harmoniza geométrica (Saramago, 2008: 91). Assim sendo, é fundamental ter capacidade de pesquisa e, simultaneamente, no decurso da sua exposição, argumentar as suas escolhas de forma a garantir que contribuem para conferir qualidade.

Aqui, fundamentação é a palavra-chave e a argumentação deve prevalecer ante escolhas de cunho pessoal e questões de estilo particular. As alterações não devem revelar-se de carácter puramente ornamental, devem sustentar-se de justificação. Apesar de ser estabelecido que “o editor tem sempre razão. O corolário é que nenhum escritor seguirá todos os seus conselhos ou os do seu editor” (King, 2000: 13, tradução própria). Tal como Kunzli (2007) salienta, alterações desnecessárias e problemáticas são de evitar (ver Quadro 2).

Quadro 2

Tipos de alterações no processo de revisão

Tipo de alteração	Definição
1) Alteração justificada	Alterações que contribuem para um aprimoramento do texto. Exemplo: Correção de gralhas; Concordâncias.
2) Alterações desnecessárias	Alterações que denotam escolhas de estilo pessoal. Exemplo: Alteração a nível de conectores de discurso.
3) Alterações problemáticas	Alterações que introduzem novos erros. Exemplo: Modificar informações sem conhecimento total.
4) Alterações em falta	Alterações que deviam ter sido inseridas. Exemplo: Referências bibliográficas em falta.

Nota. Adaptado de Fidalgo (2014: 73).

De entre vinte princípios elencados por Mossop (2014), alguns servem de complemento a estas tipologias de alterações apresentadas por Kunzli (2007). Por exemplo, reduzir a possibilidade de introduzir erros, não introduzir alterações sem a devida justificação e não impor preferências linguísticas.

Além da ortografia, outros domínios beneficiam da atuação deste profissional, nomeadamente “ambiguidades, arcaísmos que prejudiquem a clareza do texto e estrangeirismos desnecessários quando existe uma forma portuguesa dicionarizada, cacofonias, conformidade do texto ao registo pretendido, contradições, pleonasmos, precisão terminológica, redundâncias” (Marques, 2014: 21).

Com efeito, a revisão de qualidade – por definição ou convenção – é aquela que deteta problemas de interpretação, omissões, incoerências terminológicas ou desvios do ponto de vista da normalização linguística. Assim, procura-se verificar o texto e corrigi-lo com o objetivo de melhorar o texto, tendo em conta o domínio linguístico e discursivo,

que se pode estender a diversos níveis que se caracterizam em inúmeros tipos de revisão e a uma “flutuação terminológica” (Marques, 2014), como ilustrado no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3

Tipos de revisão

Revisão;
Revisão linguística;
Revisão de texto;
Revisão de provas;
Revisão tipográfica;
Revisão técnica;
Revisão ortográfica;
Revisão de tradução;
Revisão de conteúdo;
Revisão bilingue;
Revisão parcial;
Revisão final;
Revisão técnica de textos;
Revisão de normalização;
Revisão primária;
Revisão secundária;
Revisão gramatical;
<i>Copydesk, copidesque ou revisão inicial.</i>

Nota. Adaptado de Pereira (2016).

Ainda que a base de ação seja a mesma, ou seja, procurar conferir qualidade, esta diversidade de nomenclatura associada ao processo de revisão pressupõe uma atuação diferenciada consoante o seu tipo. O foco, necessariamente, altera em função do objeto de análise – gramática, tradução, tipografia do texto, etc. Apesar de alguns tipos anteriormente referidos implicarem uma alteração na estrutura e outros no conteúdo, o pressuposto é o mesmo. Fazendo uma analogia, a arbitragem não difere, essencialmente, do processo de revisão. O revisor precisa de compenetrar-se de atenção e análise ao detalhe dos lances onde precisa de intervir, quer isoladamente, quer em conjunção com as demais figuras – com o autor, por exemplo –, tal como o árbitro procura direcionar a sua ação em função destas conjunturas. (Monteiro, 2018a). De acordo com Monteiro

(2018a) é, à partida, uma “estranha comparação [...] [mas] o único aspeto visível do trabalho de ambos é o erro. Dá-se pela existência de tais ofícios apenas quando falham” (2018a: 216).

Reatando o fio das nossas considerações, concluiremos que na arte de revisão há que destrinçar vários fatores: uns, derivados imediatamente da natureza peculiar a cada objeto, outros, consequentes da faculdade individual de cada um. O que torna essa arte bastante mais complexa quando comparada com a visão estabelecida *a priori*. Daqui se infere que é um ilogismo básico menosprezar a importância desta função.

1.4. Edição

Em complemento, a edição visa assegurar o ritmo e a fluência do texto, a sua coerência/consistência e a adequação da sua estrutura (Marques, 2014). Segundo a asserção de Yamazaki (2007), o editor preocupa-se mais com a clareza do texto, não tanto com a correção de erros. Dentro deste processo, segundo o mesmo autor, destaca-se a leitura, a avaliação e interferência no formato.

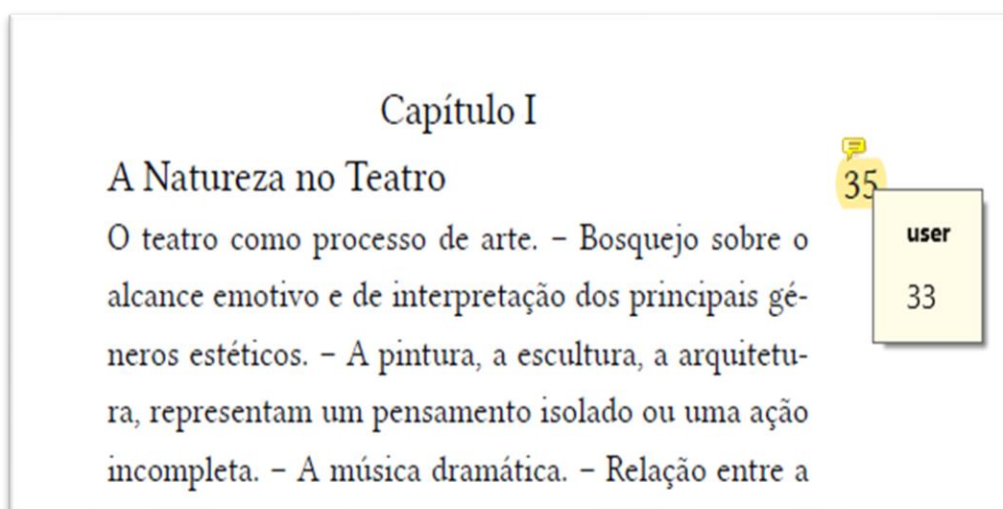
A expressão “edição de texto” foi usada para nomear uma das etapas que compõe o tratamento editorial do texto durante a produção e também como um termo que pode abranger todo o processo de intervenção por que passa o texto até virar uma produção, o que inclui, portanto, a preparação e a revisão de provas (Yamazaki, 2009: 12).

Neste sentido, adquirindo notável importância, sobreleva-se a necessidade de ter em conta um espectro mais amplo de interferência que pode atingir o estilo original do autor. Como consequência, poderá obrigar à seleção de novos conteúdos ou à eliminação/adaptação de outros e, por esse mesmo motivo, exige de igual modo comunicação interativa, uma ação colaborativa. Desta forma, o autor também tem funções editoriais e o editor tem funções de autoria, uma vez que a principal demanda desta linha de trabalho é a busca pela criação de uma figura autoral concisa e credível (Costa, 2012). A principal função é a de uniformização dos conteúdos desenvolvidos no processo editorial, simultaneamente autoral.

A par das alterações do texto, o editor deve verificar a forma física do texto, a necessidade de índice e a respetiva verificação da paginação (cf. Figura 2).

Figura 2

Exemplo de erro de paginação



Adicionalmente, deve reconhecer a importância das imagens, gráficos, isto é, valorizar características mais gráficas e adequar os textos às normas e critérios editoriais (Bento, 2013; Carvalhas, 2013). Quando oportuno, alerta-se o autor de um artigo para o facto de as normas editoriais não estarem a ser cumpridas, por exemplo através do comentário que se segue, entre parênteses retos: [Esta referência não está segundo as normas da revista; pedimos para que as mesmas normas sejam observadas].

Face a todas as inovações tecnológicas, lidar com imagens, frases, cores – textos multimodais – implica, uma vez mais, uma adequação. É um prolongamento da atividade de escrita que reflete uma uniformização gráfica.

O objetivo de uma publicação, independentemente da sua natureza, ultrapassa o seu conteúdo para fazer incidir uma luz sobre a personagem principal, o seu leitor. Concomitantemente, qualquer projeto editorial planeia as suas ações tendo em vista um conjunto de variáveis atuantes presentes na sua esfera trabalho, tal como o processo de revisão. Aqui inclui-se um olhar sob quem escreve, o que escreve, o estilo da comunicação, a sua forma de apresentação, a forma como irá ser distribuído e, de igual forma, os meios de divulgação (Costa, 2012).

Não obstante, apesar das diferenças sobretudo a nível de atuação, cada vez mais há tendência para substituir os profissionais por um só (Passos & Santos, 2010), o que acaba por contribuir para a indistinção entre os conceitos.

Esclarecidas, assim, as noções tão vulgarmente confundidas de escrita/texto e de revisão/edição, nenhuma dúvida resta de que seremos compreendidos ao tratarmos da importância de diversos fatores no trabalho editorial e de revisão.

2. A INSTITUIÇÃO

Segue-se a apresentação da instituição de acolhimento. A Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM) é um

serviço executivo da SRTC que tem por missão a salvaguarda e a divulgação do património documental e bibliográfico da Região Autónoma da Madeira (Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2020/M).

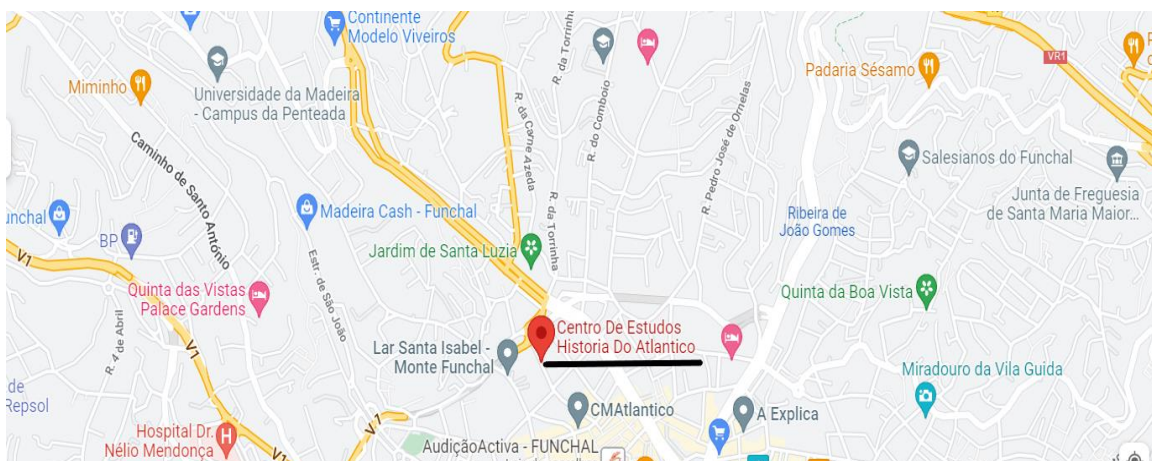
Instituída em Abril de 2020, trata-se do serviço executivo da Secretaria Regional de Turismo e Cultura (doravante SRTC)

que tem por missão a salvaguarda e a divulgação do património documental e bibliográfico da Região Autónoma da Madeira, assegurar a memória contínua da sua Administração, incentivar a difusão do livro e da leitura, promover o conhecimento e a investigação científica da história da Região no quadro do espaço atlântico (Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2020/M).

Por sua vez, a Direção de Serviços do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira (CEHA-AV), localizada na cidade do Funchal, constitui, a partir de junho de 2020, uma unidade orgânica da DRABM, atualmente sob a direção do Dr. Filipe dos Santos.

Figura 3

Localização do CEHA-AV



Fonte: *Google Maps*

Adicionalmente, a instituição, que representa um órgão de investigação científica com o objetivo de fomentar conhecimento, conduz e coordena os trabalhos editoriais de

uma revista – *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*³ –, com quatro números publicados, denotando inúmeros contributos e qualidade científica. Ao procurar incidir o seu foco em temáticas como a História, a Memória e o Património – material e imaterial – do Arquipélago da Madeira, opta pela História, Ciências Sociais e Humanas e Arquivística como áreas de conhecimento de eleição. Além do mais, conta com o suporte de um Conselho Editorial e Científico na prossecução das normas editoriais caracterizadas como uniformizadoras, mediante uma periodicidade anual e publicação em suporte digital.

Ao CEHA-AV compete, designadamente:

- a) Produzir investigação sobre a história insular e o papel da Madeira na construção do espaço atlântico; b) Promover e organizar eventos científicos nos domínios da história, da memória e do património insulares; c) Garantir a publicação anual da revista *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, e assegurar a respetiva coordenação editorial numa perspetiva de observância de requisitos editoriais internacionais em matéria de publicações científicas; d) Editar monografias históricas e outros produtos editoriais de divulgação histórica e arquivística; e) Coordenar, conceber e promover exposições, mostras documentais e demais iniciativas de divulgação; f) Contribuir ativamente para a renovação e qualificação do campo de conhecimento da história insular e promover uma mais ampla, aprofundada e sistemática utilização das fontes históricas (Portaria n.º 369/2020, de 16 de julho).

Adicionalmente, tem um amplo e diversificado catálogo de publicações, fruto de atividade editorial de várias décadas, desde a sua criação em 1985. Procura estabelecer iniciativas abertas ao público e, simultaneamente, um compromisso baseado na cooperação com instituições e investigadores da Madeira, do país e, também, do estrangeiro. É também importante referir a disponibilidade de um auditório.

Como referido anteriormente, o CEHA-AV objetiva compor investigação sobre a história insular, nomeadamente o papel da Madeira, para além de promover e organizar eventos científicos nos domínios anteriormente referidos – história, memória e património insulares. Complementarmente, as suas atividades passam por editar monografias históricas e outros produtos editoriais de divulgação histórica e arquivística, coordenar, conceber e promover variadíssimas exposições. (Portaria n.º 369/2020, de 16 de julho).

Sob uma perspetiva futura, a missão da instituição orienta-se para o apostar na investigação e divulgação do conhecimento científico no domínio das Ciências Sociais e

³ <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm>

Humanas, com especial relevo para as ilhas atlânticas. Observa-se, por outro lado, a criação de uma equipa de trabalho coesa, polivalente e interdisciplinar, por outro, a aposta nas tecnologias da informação, contribuindo para que as plataformas digitais sejam um meio relevante de estudo e disseminação dos conhecimentos.

Resumidamente, representa uma unidade orgânica com atribuições e competências nos domínios da investigação científica e da edição no âmbito da história e do património cultural e arquivístico.

3. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS: DESCRIÇÃO E ANÁLISE

Embora o plano inicial se direcionasse para uma intervenção focada nos artigos a serem publicados na revista *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, N.º 4, durante o estágio, entre outubro de 2021 e fevereiro de 2022, desenvolvi tarefas diversificadas relacionadas com a área da revisão e edição textual, o que me permitiu apurar múltiplas aptidões. Assim, foi da minha responsabilidade uma variabilidade de processos de revisão/edição de publicações que apresentarei de seguida, em colaboração com a equipa do CEHA-AV.

3.1. Revisão de alguns volumes da Obra Completa de João dos Reis Gomes (1869-1950)

Uma das principais tarefas incidiu na transcrição e, simultaneamente, na revisão de alguns volumes da Obra Completa de João dos Reis Gomes (1869-1950), uma das propostas do CEHA-AV. Apresentado como “militar, docente e diretor escolar, jornalista, escritor, académico, tertuliano, filósofo e crítico de arte” (Gomes, 2022, nota editorial) representa um dos mais relevantes eruditos madeirenses (Gomes, 2022, nota editorial). Procurando distinguir as suas obras traçadas na Madeira e, porventura, sobre a Madeira, “visa-se, com esta iniciativa editorial – que consiste na disponibilização ao público, em ortografia atualizada” (Gomes, 2022, nota editorial), de publicações em formatos digitais (*PDF – Portable Document Format*; e *ePUB – Electronic Publication*) –, “contribuir para a divulgação de um autor de axial importância” (Gomes, 2022, nota editorial). Adicionalmente, procura-se promover a

memória histórica e coletiva da Madeira, sinalizando e valorizando concretizações que se constituem como marcos de referência na paisagem cultural (Gomes, 2022, nota editorial).

Importa referir que os diversos volumes foram reeditados com base nas edições originais. Neste contexto, coube-me rever todo o conteúdo com cuidado, rever o grafismo – tipos e tamanho de letra, títulos, cores, –, o índice e o respetivo objeto. A respeito desta coleção, julgo de alguma importância deixar o seguinte apontamento: a respetiva revisão pretendia manter o texto original e apenas modernizar a grafia através do *Novo Acordo Ortográfico*, pois os volumes na sua génese são marcados por uma linguagem que, por vezes, antecede o acordo de 1911. Assim, a edição atual foi confrontada com a obra original e procurou eliminar características ortográficas evolutivas, normalizando as

grafias segundo a norma em vigor. Conforme decisão editorial, a acentuação foi também usada conforme as regras vigentes.

Por sua vez, o processo de transcrição envolveu um processo de cópia do texto a partir do original, com recurso a algumas ferramentas do *Microsoft Word*. Por se tratar de temas muito específicos, conseqüentemente, surgiram termos igualmente muito particulares. Alguns deles não se encontram dicionarizados e, por esse mesmo motivo, surgiram algumas dúvidas ao longo do processo, o que implicou uma pesquisa adjacente. Já a metodologia de revisão passou por recurso a comentários através do programa *Adobe Acrobat Reader*.

Figura 4

Exemplo de comentários: *Adobe Acrobat Reader*

The image shows a screenshot of the Adobe Acrobat Reader interface. On the left, a document is open, displaying a table of contents with sections IV through VIII. The text in the document is highlighted in yellow, and there are small yellow speech bubble icons next to some words, indicating comments. The table of contents is as follows:

Section	Description	Page
IV	Simbolismo comum à música e à linguagem verbal. – A música e a dicção excedem em exatidão e alcance o linguaguem instintiva, donde ambos derivam. – A música tem sobre o nosso ser íntimo um poder perturbador diferente e superior ao de todos os outros artes. – Mecanismo que o explica dentro da hipótese que apresentamos.	197
V	A música é, em sua essência, de natureza fisiológica. – Valor da “intonação” como agente passional. – Meyerbeer como compositor dramático. – O “equivalente sonoro da emoção”. – A beleza formal da frase deve derivar da fórmula acústica emotiva.	207
VI	A clareza da música pura. – Conceção de J. Combarieu sobre a linguagem musical. – Contradições. – Demonstração da inanidade de algumas teses apresentadas por J. Combarieu.	210
VII	Demonstração da inanidade de algumas teses apresentadas por J. Combarieu (Continuação).	215
VIII	Pontos de contacto e razões diferenciais entre as doutrinas de M. Combarieu e de Helmholtz. – Fragilidade de ambas ante a estética e a lógica. – Os princípios simplistas de M. Dauriac, diretamente opostos aos de M. Combarieu, são igualmente insustentáveis.	224

On the right side of the interface, a sidebar titled '87 comentários' (87 comments) is visible. It shows a list of comments from a user named 'user' with a profile picture. The comments are:

- ambas
- todas as outras
- nervosa
- Colocar o ponto: vocal.
- Retirar aspas
- a

The sidebar also includes navigation controls like 'PÁGINA 8' (2 comments), 'PÁGINA 9' (1 comment), and 'PÁGINA 10' (3 comments). At the bottom right, there are various tool icons for editing and commenting.

Para além de rever os textos que me foram encarregues, foi-me dada a possibilidade de escolher passagens para efeitos de divulgação e promoção de alguns volumes, com a intenção de despertar a curiosidade do leitor:

(1) *A Música e o Teatro* (Gomes: 30):

Se a poesia, a estatuária e a pintura ainda encontram entre as turbas quem um menor interesse lhes dispense, por incompreensão ou antipatia, a música pode bem considerar-se a arte popular, por excelência.

No campo, como nas cidades, à beira-mar ou nas montanhas, no convés dum barco ou na oficina, a música, quer seja genuinamente popular, quer derivada dum mais culto estilo, é a predileta companheira do homem, e a “expressão” mais natural e espontânea do seu estado de alma. Absorto em sua tristeza, exaltado por uma alegria íntima, ou integrado num movimento comum de entusiasmo ou de revolta, o homem, no seu tipo geral, isolado ou em conjunto, não esculpe, não pinta, não desenha, nem verseja: simplesmente, canta.

(2) *O Teatro e o Ator* (Gomes: 47):

A ação dramática é desenrolada ante os olhos e espírito do espectador pela mesma ordem por que na vida real se passariam os factos que a compõem: os fenómenos físicos, fisiológicos e psíquicos, sucedem-se com a lógica e oportunidade que teriam em plena Natureza.

Cada momento cénico é um quadro que tem da pintura a cor incisiva e flagrante; da escultura o patético, o arejado, e o relevo. A harmonia estética conjugada com a Verdade equilibra a distribuição dos grupos plásticos sobre a cena.

Simplesmente, como na Vida, aquele quadro não é fixo; os momentos passam e seguem-se uns aos outros; as cores mudam com os trajés, os rostos, os cenários; as feições alteram-se, obedecendo à variação dos pensamentos e paixões: movem-se os personagens, procedendo a atos determinados pela lógica dos sentimentos ocorrentes; os grupos vão-se dissolvendo, e formam-se outros, novos, segundo a afinidade de relações que a ação exige.

Importa referir que a escolha destes passos representa algo tão importante como o título da obra e não passa por fazer uma descrição de todos os assuntos abordados, mas sim em despertar um súbito interesse a aprofundar através da leitura.

Sumariamente, todo este processo permitiu-me conhecer a extensa e diversificada obra do autor, iniciar-me neste quadro amplamente complexo e desenvolver uma atenção ao detalhe, essencial para o restante período de estágio e para as restantes propostas subordinadas a um processo de revisão.

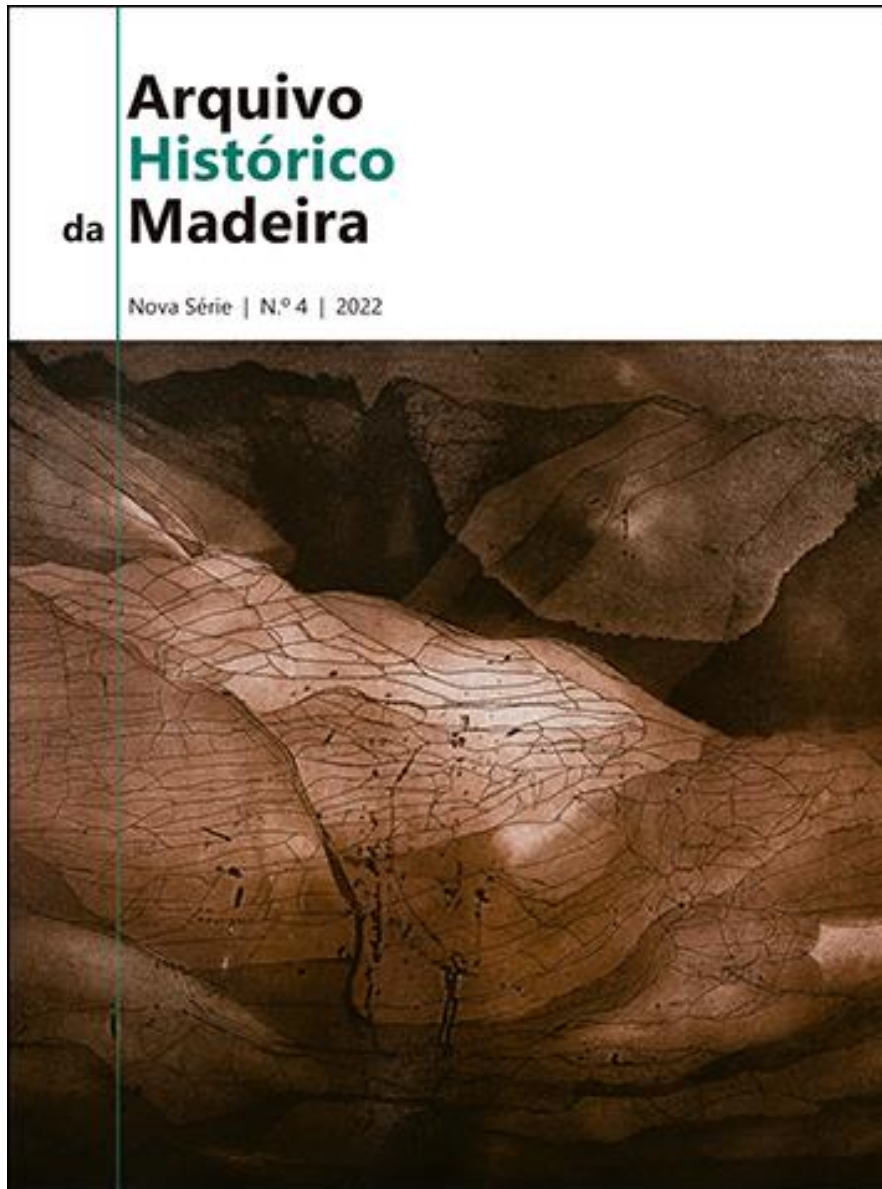
3.2. Revisão de artigos para a revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, N.º 4

Destaco agora outra atividade, mais concretamente, a revisão de normalização e linguística de artigos submetidos para publicação na revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova série N.º 4 (Figura 5), alguns dos quais resultantes de comunicações apresentadas durante o *Congresso de História da Madeira – Rumos de Pesquisa, Problemáticas, Análises*, promovido pela Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da

Madeira, através do Centro de Estudos de História do Atlântico, de 23 a 26 de novembro de 2022.

Figura 5

Capa da revista Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, N.º 4



Relativamente ao procedimento editorial, cada texto foi trabalhado com vista a obter a sua adaptação conforme as normas e política editorial da revista, onde se inclui um olhar para a estrutura gráfica da produção e referências bibliográficas, por exemplo. Importa referir que o aspeto gráfico do texto, isto é, as imagens “devem ser vistas como ideológicas, e não como meramente ilustrativas, pois têm importante dimensão semântica” (Macedo, 2013: 164).

No que concerne à revisão linguística, tinha a meu cargo a tarefa de corrigir gralhas, pontuações, evitar repetições, verificar concordâncias e proceder a uma uniformização a diversos níveis. De uma forma geral, uma análise do documento, sobretudo no plano formal e normativo, procedendo a várias alterações, interpelações e dúvidas, com recurso a um sistema pré-definido de significação/comunicação. Esta metodologia envolve a sinalização a amarelo, que implica uma apreciação, aprovação/reprovação ou elucidação e, também, a vermelho, assinalando alguns segmentos cuja supressão se sugere, sempre dependendo da decisão do autor. Finalizadas as minhas tarefas, o meu orientador procedia a uma revisão, podendo, ou não, efetuar alterações, procurando partilhar muito do seu conhecimento.

De assinalar que os dois processos de revisão apresentados tinham propósitos distintos: um procurava manter o original e apenas modernizar a escrita, sem olhar para repetições e pontuação, por exemplo; já o outro permitiu uma atuação mais invasiva, por assim dizer, que podia provocar mudanças na estrutura do objeto em análise, pois apesar de “cada autor [ter] o seu código [...] [cabe] ao revisor entendê-lo, uniformizá-lo e identifica[r] lapsos” (Monteiro, 2018a: 206), afetando, inevitavelmente, a estrutura inicial. Esta multiplicidade de atuações associadas ao processo de revisão demonstra a sua complexidade e, ao mesmo tempo, implica, numa primeira instância, compreender qual o objetivo da revisão em causa e, consoante essa análise, adaptar a ação e proceder metodicamente.

3.3. Síntese das tarefas de revisão e de edição

Assim, durante o período de estágio desenvolvi maioritariamente atividades referentes à área editorial e de revisão. Foi possível realizar estas tarefas em várias publicações e, conseqüentemente, proceder a diferentes tipos de revisão. De entre os diversos exemplares elencados anteriormente, o presente estágio permitiu-me realizar de uma forma mais significativa:

- Revisão de normalização: incidiu sobretudo, na revisão de 13 dos artigos a serem publicados na revista *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, perfazendo um total de 405 páginas. Consistiu na adequação do texto às normas editoriais, “questões gráficas relacionadas com a composição visual e material do texto” (Coelho & Antunes, 2010: 209), como é o caso do espaçamento, tamanho e fonte de letra, caixa alta associada aos títulos,

espaços duplos, uso de travessão e hífen (- e –), referências bibliográficas, etc.

- Revisão tipográfica: de forma muito complementar à referida anteriormente, consistiu no tratamento de questões relativas ao uso de itálicos⁴ e da numeração⁵, por exemplo, e no estabelecimento de uma coerência textual;
- Revisão linguística: realizada, de igual modo, de forma mais intensiva na revista, a minha principal tarefa durante este período de estágio. Aqui incluem-se questões relativas à pontuação, concordâncias, por exemplo, ou seja, “questões relacionadas aos aspectos gramaticais e ortográficos do texto” (Coelho e Antunes, 2010: 209). Nestes casos, encontrei-me inúmeras vezes na linha ténue que separa a revisão da reescrita;
- Revisão de tradução: outra das atividades que desenvolvi durante o estágio, embora que de uma forma superficial, mas que ainda assim considero importante destacar, foi a verificação da tradução da obra *Ilustres Visitantes na Madeira – 1951 a 1991*. Este tipo de revisão encontra-se associado a um alto nível de complexidade, visto que

⁴ O uso de itálico é algo complexo e prende-se com um sistema muito mais amplo do que aquele socialmente estabelecido como uma sinalização associada a termos estrangeiros. A sua principal função é destacar, isto é, realçar uma parte do texto – uma letra, uma palavra, uma expressão, frase, ou até mesmo uma sucessão delas. A razão que motiva esse realce pode ser variada, e algumas opções são de carácter pessoal, outras nem por isso. Apesar de se estabelecer, sobretudo, como uma questão estilística – mero relevo, opção de título –, em muitos casos essa opção encontra-se sedimentada por regras impostas, muitas vezes desconhecidas. Dentro deste contexto, é importante manter coerência.

Assim, estende-se à identificação, para além de grafia estrangeira, de nomes de embarcações (paquete *Federico C*, vapor *Falcão*, navio *S. Lourenço*), cognomes (Plínio, o *Velho*), nomes próprios de animais ou objetos personificados. Para mais detalhe consultar informação disponível no Código de Redação Interinstitucional, através da seguinte hiperligação: <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5010100.htm> (consultado a 24/03/2022).

⁵ A mesma complexidade encontra-se associada aos numerais e, de facto, há um conjunto de regras estabelecidas que demarcam os múltiplos cenários possíveis para os números escritos por extenso ou recurso a algarismos. De uma forma muito sumária, numerais de um a dez são por extenso, daí em diante através de numerais, exceto números muito concretos e ‘redondos’ (mil, cem, por exemplo). Para além disto, o início de uma frase também é marcado pela representação do número através da escrita (Onze dias depois... Vinte horas mais tarde... Cento e cinquenta pessoas foram encontradas..., por exemplo).

Em números, mais ou menos elevados, a forma ordinal substitui-se convencionalmente pela forma cardinal [...] Evidentemente, em art.º 3454, há número ordinal; mas substitui-se pelo cardinal [...]. É questão de simplificação. (Figueiredo, 1906: 218).

Uma vez mais, para mais pormenores relativamente a esta temática consultar informação disponível na seguinte hiperligação: <https://www.estadao.com.br/manualredacao/esclareca/numeros> (consultado a 24/03/2022).

apresenta alguns entraves no domínio extralinguístico, como é o caso de menções culturais e expressões idiomáticas. Adicionalmente, exige bons conhecimentos da língua de partida, assim como de chegada.

- Revisão final: entendida como a última prova antes da publicação de determinado objeto, funciona como uma leitura/observação associada a uma grande concentração. Essencialmente, procura verificar se tudo foi feito corretamente com a intenção de finalizar o texto antes de impressão ou da publicação *online*.

Todas estas atividades contribuíram para compreender a relevância da revisão e a sua enorme exigência. A capacidade de deteção de erros ao longo dos vários processos torna-se mais espontânea e cria-se um estado de alerta para situações já experienciadas, apesar de surgirem sempre novas questões a cada revisão.

De forma a terminar esta secção, gostaria ainda de salientar que, embora não constituísse uma tarefa relacionada diretamente com o trabalho de revisão, integrei o secretariado de apoio à organização do *Congresso de História da Madeira – Rumos de Pesquisa, Problemáticas, Análises*, tendo igualmente assistido às sessões que constituíram o seu programa científico.

O próximo ponto tem como objetivo refletir sobre os principais problemas e aspetos mais relevantes encontrados ao longo do processo de revisão e edição. Para esta reflexão adotámos uma visão sobre a macro e a microestrutura do texto. Por mais objetiva que a escrita de textos possa ser, ao mesmo tempo, pode evidenciar construções textuais muito próprias.

3.4. Análise e Resolução de problemas

Foram vários os problemas com os quais me deparei ao longo do período de estágio. Contudo, este trabalho não pretende ser um estudo exaustivo de todos os instrumentos de normalização linguística utilizados. Proponho analisar apenas alguns casos que, a meu ver, constituem problemas frequentes que afetam a estrutura da produção textual.

Assim, nesta secção do relatório irei apresentar os problemas específicos no quadro do processo de revisão, identificando-os e apresentando as respetivas propostas. Neste sentido, para além da ortografia, os erros de concordância, as repetições, a pontuação e inconsistências no uso do Novo Acordo Ortográfico são alguns dos tópicos a serem abordados.

Deste modo, apresento, de seguida, a descrição de cada um dos tipos de problemas: em 3.4.1. os exemplos apresentados demonstram dificuldades relacionadas com a substituição/supressão devido a repetições que afetam a coerência do texto; em 3.4.2. os casos apresentados são relativos a questões morfossintáticas, mais concretamente, com a concordância interna ao sintagma nominal (SN) (concordância entre o determinante e o nome, entre o nome e o pronome), a concordância verbal entre o sujeito simples e o verbo e a concordância entre o sujeito composto e o verbo e problemas de regência verbal; em 3.4.3. são observadas questões relativas ao Acordo Ortográfico, onde se inclui o uso da maiúscula e minúscula, a conservação de consoantes não pronunciadas e o uso do hífen em palavras compostas (regras ortográficas), como também ao uso incorreto do acento e a sua ausência (acentuação); e, por fim, em 3.4.4. dá-se conta do uso inadequado da vírgula (pontuação).

3.4.1. Repetição

Para além do conteúdo proposicional veiculado explicitamente pelas orações de um texto, há proposições implícitas que surgem das relações estabelecidas entre as diferentes partes do texto. Caracterizam-se como uma estrutura que confere unidade ao texto. De acordo com Mann, Matthiessen & Thompson (1988), esta estruturação revela-se essencial para a coesão do texto, constituindo uma das principais propriedades configuradoras de textualidade. O texto não se reduz a um simples somatório de palavras e frases dispostas aleatoriamente, em oposição – é formado por elementos linguísticos estruturados (Pessoa, 2006). No entanto, em vários casos particulares é visível um grande recurso à repetição.

Adicionalmente, Santana (2003) salienta que a escrita de um texto exige tanto o domínio dos subsistemas da língua, como a seleção e organização de um conjunto de elementos.

Assim, verifica-se um problema de coesão, mais concretamente a nível lexical, através da repetição – marca característica da modalidade oral. De forma a contribuir para o aperfeiçoamento do texto, sugeriu-se a inclusão de outros exemplos, a supressão de alguns elementos e, ainda, a substituição de termos por sinonímia.

Tal como fora demonstrado anteriormente, o processo de escrita implica um tempo de reflexão para que a mesma não se revele precipitada e para que o resultado demonstre que existiu um certo cuidado. Um dos grandes problemas prende-se

precisamente com o estilo da escrita e a sua proximidade à linguagem marcada pela oralidade.

Os propósitos da linguagem escrita são basicamente os mesmos que a linguagem oral – a necessidade de ser compreendido por outros (Ferreiro, 1990) –, mas, ainda assim, diferem em diversos aspetos. A oralidade caracteriza-se pela espontaneidade e, em contrapartida, a escrita pela objetividade e maior seletividade a nível lexical. Para que a comunicação escrita ocorra com clareza é necessário concisão, clareza, coerência, coesão e formalidade de forma a não perturbar o processamento de concordância do texto.

Neste sentido, foram feitas sugestões e algumas modificações por meio de supressão, tendo em conta a revisão como um processo que envolve “as discrepâncias entre o texto produzido e o que se desejava produzir; a tomada de decisões sobre o que e o como poderia ou deveria ser modificado” (Albuquerque, 2004: 73). Um processo que, tal como Carvalho (2001) refere, envolve subprocessos como a deteção, análise e seleção de estratégias.

As repetições, por vezes, são questões de estilo e escolha pessoal como no verso de Gertrude Stein ‘uma rosa é uma rosa é uma rosa é uma rosa’, mas, em contrapartida, noutros casos representam falta de coesão no texto. Pleonasma – repetição de um termo da oração, por vezes de alguma informação que é repetida desnecessariamente. Convém entender se advém de uma inadvertência ou de uma intenção (Monteiro, 2018a: 18).

Os casos que irão ser apresentados no presente relatório representam escolhas inconscientes, “o mais perigoso tipo de prisão” (Monteiro, 2018a: 41). Procuo, assim, demonstrar que “na língua, há sempre muitas soluções, ao contrário do que acontece na matemática” (Monteiro, 2018a: 21) e, para além disto, que “na língua [...] é sempre possível dizer de outro modo” (Monteiro, 2018a: 50).

Uma forma de evitar repetições é procurar sentir se é mesmo necessário cerebral e auditivamente aquela escolha ou se, pelo contrário, se subentende pelo contexto, pois “em gramática, como em tudo, há o que se vê o que não se vê” (Figueiredo, 1906: 172). De acordo com Stephen King “a essência da escrita é o vocabulário” (2000: 114, tradução própria) e, para além disto, “há sempre outra palavra” (2000: 118, tradução própria).

De entre estratégias possíveis para esta questão,

ou as elidimos ou empregamos outras. Ganhamos em diversidade. Sendo dito e redito até à exaustão que a língua portuguesa é rica, que tal cultivar essa riqueza? Que tal tornar a escrita menos mecânica e a leitura menos bocejante? Ganhamos ainda, bastas vezes, [...] em elegância e precisão” (Monteiro, 2018a: 93).

Em contrapartida, o contrário “provocará no leitor exigente uma sensação de escrita postiça que prefere ornamentar a comunicar” (Monteiro, 2018a: 34). A repetição, efetivamente, não representa um erro propriamente dito. No entanto, “há construções frásicas sem erros de sintaxe e ortografia, inteligíveis até, mas em que a sensibilidade literária obriga a dizer: NÃO” (Monteiro, 2018a: 47).

No contexto português, por exemplo, há uma infinita possibilidade de opções, a língua é rica em sinonímia e, neste sentido, “Vasco Botelho Amaral lembrava que o português tinha, em não poucos vocábulos, três a quatro vezes mais sinónimos do que o francês ou o inglês” (Monteiro, 2018a: 89). Adicionalmente, o contexto (linguístico e pragmático) e a inferência são pontos fundamentais e facilmente repostos, “a língua não fica mais rica por ter mais uma palavra” (Monteiro, 2018a: 95) que se infere mesmo com a sua ausência, pelo contrário.

A elegância é quase sempre o melhor remédio. Nem no plano ortográfico ou gramatical, nem no que toca à ortografia ou à gramática, nem relativamente à ortografia ou à gramática. Tão-somente: Na ortografia, é irrepreensível. Na gramática [...] Sem bengalas. Sem palavras a mais. Sem vocábulos que já lá estão não estando” (Monteiro, 2018a: 113).

Falhas neste domínio denotam insegurança e resultam, inevitavelmente, num encurtamento do léxico, tão rico na língua portuguesa. De acordo com a convicção de King (2000), a insegurança está na raiz da escrita considerada como o oposto da normativa, aquela que se pretende alcançar.

Neste domínio, o objetivo passa por “fazer o [autor] reparar no que não reparou, de modo que, de ora em diante, [se optar por tais repetições], o faça em plena consciência” (Monteiro, 2018a: 24). De acordo com Stephen King, “uma das coisas realmente más que pode fazer à sua escrita é enfeitar o vocabulário” (2000: 111, tradução própria), isto é, procurar incluir as mesmas palavras porque estamos inseguros com outras ou com a sua ausência.

Adicionalmente, é frequente não estar alerta para a compreensão rudimentar de como as diferentes partes de traduzem em frases coerentes, e esta incompreensão, conseqüentemente, irá encaminhar para o caminho errado (King, 2000: 121), onde a repetição se eleva.

Aquele que compreende os rudimentos da gramática encontra no seu coração uma simplicidade reconfortante, onde só precisa haver substantivos, as palavras que nomeiam, e verbos, as palavras que agem (King, 2000: 121, tradução própria).

A escrita representa um pensamento refinado e, dito isto,

A obra deve emergir, aos olhos e ouvidos do leitor, compacta, enxuta, limpa, polida. E esse esforço colossal de vassourar as palavras excedentárias, de repelir ou dosear as repetições, de sacrificar as plumas e adornos (por mais belos que sejam) em favor da articulação do todo; tudo isso, enfim, deve ser tão, tão trabalhado [...] que, no acto da leitura, não se sinta o esforço de quem escreveu (Monteiro, 2018a: 27).

Caso contrário, a referenciação vê-se comprometida e associada a uma incoesão que põe fim à linha contínua do texto. De um modo muito sumário, a coesão referencial define-se pela possibilidade de um componente da superfície do texto fazer remissão a outro elemento nela presente ou de possível inferência a partir do universo textual (Koch 2004b), que se liga ao fenómeno de retoma anafórica, um signo já expresso – e catafórica, o oposto. A anáfora pode ser definida como uma relação de dependência entre uma palavra ou frase, remetendo assim para o que já fora enunciado (Otero, 1999). Caracterizado como um processo sintático-semântico, retoma uma palavra mencionada num contexto de vizinhança linguística, especialmente através de pronomes – demonstrativos e relativos –, advérbios – de lugar, tempo, modo –, ou outras expressões nominais.

A anáfora pode ser repartida em vários tipos, de acordo com a natureza da forma linguística, como indicado no Quadro 4:

Quadro 4

Referenciação

Anáfora nominal (AN)
Exemplo: Vi uma rapariga. Essa menina estava de vermelho.
Anáfora indireta ou associativa (AS)
Exemplo: Vi uma rapariga. A sua roupa era vermelha.
Anáfora pronominal (AP)
Exemplo: Vi uma rapariga. Ela tinha a roupa vermelha.
Elipse (E)
Exemplo: Vi uma rapariga. Tinha a roupa vermelha.

Se existe um tipo de anáfora direta (nomeadamente a anáfora por expressão definida), que se caracteriza pela dependência interpretativa entre duas entidades linguísticas coreferentes, também existe a anáfora indireta (ex.: a associativa), que se define, sobretudo, por uma propriedade de não coreferência entre as entidades que

preenchem os dois polos da relação, sendo necessário recorrer à inferência para estabelecer a relação (Silva, 2003). A coesão é estabelecida através de diversos mecanismos e aqui podemos apontar o uso de conectores e as retomas anafóricas, por exemplo.

Antes de darmos início à apresentação dos casos, importa referir que esta é uma questão particularmente difícil de determinar a sua agramaticalidade em determinados usos. Ainda assim, insisto na importância deste tópico para a fluência do texto. Vejamos alguns exemplos, de (3) a (7), seguidos das versões alternativas propostas, em que procuramos repor a linearidade do texto:

- (3) a. “este movimento migratório deixou de constar das estatísticas da emigração. Assim, as fontes de estatísticas a que recorremos foram [...].”
b. este movimento migratório deixou de constar das estatísticas da emigração. Assim, as fontes de dados a que recorremos foram [...].”
- (4) a. “Ainda nesta década, com o surgimento de novas ligações aéreas, dá-se, para além do aumento do turismo, um aumento das saídas populacionais”.
b. “Ainda nesta década, com o surgimento de novas ligações aéreas, dá-se, para além do aumento do turismo, um crescimento das saídas populacionais”.
- (5) a. “O Estado português tentava restringir as saídas e canalizá-las para as suas colónias [...]. Consequentemente, os fluxos migratórios com destino às colónias portuguesas [...]”
b. “O Estado português tentava restringir as saídas e canalizá-las para as suas colónias [...]. Consequentemente, os fluxos migratórios com destino aos domínios portugueses [...]”
- (6) a. “Para além do fornecimento de carvão, a firma [...] procedia ainda ao fornecimento de água.”
b. “Para além do fornecimento de carvão, a firma [...] procedia ainda ao de água.”
- (7) a. “Haverá mais material [...], no entanto, segundo a informação que nos foi prestada, esse material encontra-se disperso e não catalogado.”
b. “Haverá mais material [...], no entanto, segundo a informação que nos foi prestada, ele encontra-se disperso e não catalogado.”

Os exemplos (8) e (9), indicados a seguir, ilustram uma ligação de correferência, onde o pronome encontra-se anaforicamente relacionado com o sintagma nominal antecedente.

- (8) a. “[...] refere um volume desse fenómeno na ordem dos 25%, volume esse que de acordo com [...] seria ainda superior e representaria cerca de um terço das saídas do país”.

b. “[...] refere um volume desse fenómeno na ordem dos 25%, que de acordo com [...] seria ainda superior e representaria cerca de um terço das saídas do país.”

- (9) a. “Na verdade, são diferentes as motivações do viajante-autor ao escrever os seus relatos de viagem, como são diferentes os públicos para os quais os projeta. Em qualquer dos casos, o viajante-autor cria um argumento que [...]”
- b. “Na verdade, são diferentes as motivações do viajante-autor ao escrever os seus relatos de viagem, como são diferentes os públicos para os quais os projeta. Em qualquer dos casos, cria um argumento que [...]”

O exemplo (10) envolve um argumento nominal que, posteriormente, se subentende por inferência e através da forma verbal. Podemos, em todos os casos, recorrer a uma estrutura menos próxima do original, no entanto o objetivo é sempre respeitar a essência do autor.

- (10) a. “A ligação entre as duas realidades foi uma realidade palpável desde cedo”
- b. “A ligação entre as duas realidades foi palpável desde cedo”

De forma visível, “a escrita cresce em maturidade e elegância quando conseguimos, sem perder um átomo de informação, eliminar palavras que estão a mais (Monteiro, 2018a: 26). De acordo com Monteiro (2018a), ao se elidir o que todos sabem estar lá mesmo não estando, “pode traduzir-se numa harmonia musical da frase” (Monteiro, 2018a: 25), representando, de acordo com o mesmo autor, um exercício de paciência e sensibilidade.

Adicionalmente, aponta que na fase de revisão “dedica-se mais tempo a elidir do que a acrescentar palavras” (Monteiro, 2018a: 27) que não acrescentam informação. Curiosamente, “Truman Capote, quando se tratava da escrita, acreditava mais na tesoura do que no lápis” (Monteiro, 2018a: 27). O conceito de elipse abrange omissões de palavras tanto por razões de importância de conteúdo como pela possibilidade de inferência por intermédio do contexto (Rodrigues, 2007). Representa a “omissão de um termo que o contexto ou a situação permitem facilmente suprir, sem alterar a clareza do discurso” (Faria & Pericão, 2008: 111).

Então, o carácter elíptico de um texto pressupõe a existência de um universo de conhecimento compartilhado pelo emissor, autor, e recetor, leitor (Fonseca, 1992).

A (re)escrita é um exercício de caça às palavras que estão a mais, que não acrescentam um milímetro de informação. Não se trata de uma rasura que adultere, o mínimo que seja, o sentido das frases (Monteiro, 2018a: 21).

De um modo conclusivo, com vista a evitar as repetições, é necessário cultivar a diversidade vocabular, “sendo a caça às palavras e famílias de palavras repetidas um dos principais mandamentos da revisão e edição de textos” (Monteiro, 2018a: 94). O número de casos registados, para além dos apresentados neste trabalho, mostra que constitui uma área problemática e inconsciente, onde é frequente se observar fragilidades decorrentes do uso das repetições que, conseqüentemente, podem afetar a estrutura do texto, bem como o objeto direto, indireto e o sujeito de determinada frase.

3.4.2. *Concordância*

Agrupámos neste subcapítulo os casos que envolvem problemas a nível de concordância⁶, que se podem estender ao género, número e/ou pessoa. O problema que justifica o tratamento deste caso representa outro dos tópicos mais frequentes na tarefa de revisão, podendo-se identificar alguns casos de desvio à norma em relação à concordância literal sujeito-verbo, com sujeitos compostos e com estruturas de quantificação complexa, e nível de género. Enquanto a repetição se manifesta a nível linguístico, esta questão eleva-se sob uma perspetiva assente em questões de sintaxe (cf. exemplo (11)):

- (11) a. *“Tratam-se de anotações espontâneas num tom absolutamente desprezioso.”
b. “Trata-se de anotações espontâneas num tom absolutamente desprezioso.”

Falando em conhecimentos linguísticos, a norma relativa à concordância do verbo com o sujeito sempre tende a preponderar em situações tidas como recorrentes, o que nos motiva a acreditar – numa primeira instância – num uso do verbo no plural neste exemplo em concreto, tendo em conta que se trata de uma expressão que remete para o plural – “anotações espontâneas”. Contudo, importa apontar, uma vez mais, que nem sempre as aceções que reunimos em relação aos factos que norteiam a língua devem ser estabelecidas num plano estático, exceto algumas particularidades associadas a factos gramaticais.

⁶ Alguns casos, aparentemente, parecem ser erros de concordância: “enviámos então crónica para o jornal que éramos director [...]” (Gomes, 1943: 108)

Apesar dos verbos reportarem a um plural, esta construção frásica encontra-se correta, representa uma linguagem astuta, cuidada. Neste caso o número do objeto direto deveria concordar no plural. No entanto, por razões de ordem estilística, é possível que este apresente marcas de singular (variação relativamente à norma padrão). Assim, “importa salientar que a ausência de concordância literal nem sempre é fonte de agramaticalidade. Aliás, verifica-se que a concordância é uma área da sintaxe da língua portuguesa onde o falante tem muitas vezes a possibilidade de optar livremente entre formas distintas” (Peres & Mória, 2003: 455).

Nesse sentido, numa questão voltada para a sintaxe, procuremos analisar a transitividade do verbo em causa – *tratar* –, onde surge a questão: trata-se de quê? de anotações. Vejamos, então, que o termo a princípio ocupava na nossa mente o lugar de sujeito. No entanto, isso já não se verifica ao colocarmos esta questão, pois procura completar o sentido de um verbo classificado como transitivo indireto, correspondendo a um objeto indireto. Em virtude da presença da preposição, podemos afirmar tal asserção. Neste caso, o sujeito estabelece-se como indeterminado, o verbo apresenta-se, corretamente, na terceira pessoa do singular acompanhado do “se”, sendo essa partícula concebida como índice de indeterminação do sujeito.

- (12) a. *“Uma vez que os membros considerados elegíveis foram perecendo, o clube mudou as regras relativamente ao perfil de novos membros e mudaram-se ainda para instalações mais pequenas.”
- b. “Uma vez que os membros considerados elegíveis foram perecendo, o clube mudou as regras relativamente ao perfil de novos membros e mudou-se ainda para instalações mais pequenas.”

No exemplo (12a), agramatical, o verbo concorda não com a expressão *o clube*, mas sim com o último elemento que antecede o verbo, *novos membros*. Uma possível explicação para este problema poderá ter que ver com a concordância ser mais simples de realizar com o elemento que está mais próximo do verbo, por esta ser a posição mais frequente do constituinte sujeito e desse modo implicar menor esforço cognitivo. Também poderá ser explicado pelo facto de o nosso cérebro, geralmente, ter mais facilidade em reter o último elemento (o que está mais próximo do verbo).

Noutros casos, poderá ser a posição do sintagma o fator que permite facilitar a concordância não literal (por exemplo, se o sujeito se encontrar em posição pós-verbal). Poder-se-á também acrescentar que os períodos demasiado longos podem provavelmente justificar desvios à norma.

Cremos que a variação na concordância verbal tenha como causa principal fatores sintáticos (a distância entre sujeito e verbo) e fatores semânticos (concordância *ad sensum*, no caso do coletivo) (Silva, 2005: 196).

O sujeito do próximo exemplo é um sujeito simples, visto que é constituído por apenas um sintagma nominal, seguido de uma oração explicativa. De acordo com a normativa, os sujeitos compostos impõem ao predicado o plural (Peres & Mória 2003). Deste modo, sempre que o sujeito tem mais do que um núcleo nominal, o verbo flexiona em número (Cunha & Cintra, 2005). Todavia, no exemplo que se segue, o verbo não concorda em número, uma vez que o sujeito se encontra no singular:

- (13) (a) *"[...], tal como antes fizera o médico e ensaísta [...], através das utopias que publicaram, propuseram o que entenderam ser um modelo de organização social mais perfeito do que aquele em que estavam inseridos."
- (b) "[...], tal como antes fizera o médico e ensaísta [...], através das utopias que publicou, propôs o que entendeu ser um modelo de organização social mais perfeito do que aquele em que estava inserido."

Adicionalmente, de acordo com Peres & Mória (2003: 479-480), algumas expressões,

apesar de conterem um núcleo singular – *milhar, maioria, parte* –, remetem não para uma entidade única, mas para um conjunto de entidades. Daí que se diga que há uma concordância com o sentido – plural – da expressão e não com a sua forma – singular.

Em alguns casos, perante estruturas de qualificação complexa, existe a possibilidade de o verbo exibir concordância singular, no caso de haver acordo com o primeiro núcleo nominal ou plural; caso o acordo se verifique com o segundo – exemplo, um conjunto de agentes –, que a primeira situação é a que é considerada mais normativa. No entanto, tal não se aplica ao seguinte exemplo:

- (14) a. *"Uma vez que a família [...] estava fortemente ligada ao comércio da cal, como referimos anteriormente, cedo se aperceberam das dificuldades existentes."
- b. "Uma vez que a família [...] estava fortemente ligada ao comércio da cal, como referimos anteriormente, cedo se apercebeu das dificuldades existentes."

Apesar de "família" reportar a um conjunto de indivíduos, classificado como um nome coletivo, encontra-se formalmente no singular, o que se evidencia também na forma verbal *estava*. O mesmo para o próximo exemplo:

- (15) a. *"Por clima campestre entendiam-se o conjunto de condições climatéricas."
- b. "Por clima campestre entendia-se o conjunto de condições climatéricas."

Assim, as diversas ocorrências de não aplicação da regra padrão em relação à concordância estão muito relacionadas com o contexto de posição do sujeito. Frisa-se que os fatores que favoreceram a concordância são essencialmente o SN anteposto e o verbo intransitivo. Já os que a desfavoreceram são o oposto, ou seja, um SN posposto e um verbo transitivo.

Relativamente a este tema, é importante comentar também os trabalhos realizados por Carrilho (2003) que, adotando o modelo formalista da Gramática Generativa, investigou a concordância verbal da terceira pessoa do plural no português europeu.

Como principais resultados, encontrou precisamente na posposição do sujeito uma forte motivação para o não uso das marcas de número nos verbos. Em adição, salientou que a não marcação de concordância entre o verbo e um sujeito posposto “ocorre apenas em construções com predicados verbais que não selecionam argumento externo referencial, em casos de construções com verbo inacusativo e construções predicativas” (Carrilho, 2003: 35).

Ainda dentro deste contexto, Varejão (2006) investigou o mesmo fenómeno, ainda que sob uma perspectiva variacionista. Dos vários dados sujeitos a investigação pela própria, surge a sua análise e afirmação de que a posposição do sujeito em relação ao verbo e as formas verbais menos salientes são fatores que contribuem para o estabelecimento de erros de concordância. Complementarmente, cita ainda os resultados da pesquisa realizada por Peres & Mória (2003) no que diz respeito à variação na concordância verbal de número em textos contemporâneos no português europeu. As suas asserções apontam, essencialmente, para a ausência de marcas de concordância em “pontos críticos”, onde se pode indicar como exemplo construções com sujeito pronominal *que/quem* e formado por expressões partitivas, a exemplo de “a maioria dos” e “nenhum dos + nome plural”, ou ainda, sujeito acompanhado pela preposição *com*.

Direi a Grumête que as expressões: ‘não podem haver conhecimentos’, ‘a possibilidade se cometer erros’, ‘saíu da sua caixa 10 000 réis’, são erros graves. ‘Um grupo de homens deliberaram’, ‘grande número de indivíduos fizeram’, é construção lidimamente portuguesa, autorizada até pelos *gramáticos*, embora eles não previnam todos os factos da linguagem. (Figueiredo, 1906: 35).

3.4.3. *Novo Acordo Ortográfico (AO)*

Descrevem-se, neste ponto, casos relacionados com a grafia das palavras, nomeadamente com a substituição e supressão de grafemas, essencialmente questões referentes ao Acordo Ortográfico – o uso da maiúscula e da minúscula, a conservação de consoantes não pronunciadas e o uso do hífen.

Constitui um assunto hodierno com algumas controvérsias e, por isso, consideramos pertinente desenvolver alguns pontos, tendo em conta que as opiniões diferem entre especialistas da língua e utentes. Note-se que ao longo do século XX, passando ulteriormente ao século XXI, múltiplas foram as reformas empregues na língua lusitana, tendo em vista a sua modernização e expansão. Assim, verifica-se que as diversas e constantes modificações na grafia de uma das mais antigas línguas derivadas do latim, o português, representa a procura de um modelo credível, sobre o qual nos iremos debruçar.

Esta questão envolve uma dualidade que engloba uma face apoiante e, em contrapartida, uma que contesta as alterações na grafia portuguesa. Por sua vez, os argumentos a favor do acordo têm como premissa o facto de o português ser a única língua que abrange mais do que uma norma culta gráfica de uma mesma língua e, por isso, justificam a necessidade de procurar simplificar este sistema e unir a língua portuguesa. Para além disto, por se encontrar mais próximo do sistema falado, aproxima-se do prisma fonético e, ao mesmo tempo, afasta-se do etimológico, o que parece ser um meio de facilitação na aprendizagem da respetiva grafia, de acordo com a abordagem defensora do acordo.

De acordo com Palma (2010), eis o resumo de alguns argumentos a favor do novo Acordo Ortográfico:

a) Aproximação da oralidade à escrita; ter mais em consideração a parte fonética da língua; b) Actualmente a língua portuguesa é a única que tem duas grafias cultas; c) Simplicidade do ensino/aprendizagem; d) Unificação de todos os PALOP; d) Fortalecimento da cooperação educacional dos países da CPLP; f) Evolução da língua portuguesa; g) Pequena quantidade de vocábulos alterados (1,6% em Portugal e 0,45% no Brasil; h) O português é o 7.º idioma mais falado no mundo (como língua materna) e o 3.º no mundo Ocidental. A unificação das grafias permite aumentar, ou pelo menos manter a força da língua portuguesa no panorama mundial [...]; i) É um meio de preservar tradições culturais comuns (Palma, 2010: 35).

No entanto, a possibilidade de o usar ou não, a variabilidade de opções consoante a pronúncia, a divergência nos diferentes dicionários disponíveis leva-nos “à pergunta que muitos escreventes da língua portuguesa não sabem responder: ‘como se escreve esta palavra com o Acordo?’” (Monteiro, 2018a: 138), sendo que dentro do próprio acordo existem inúmeras incoerências. Ademais, “por que raio ‘cor-de-rosa’ se escreve com hífen, mas ‘cor de laranja’ sem?” (Monteiro, 2018a: 142).

Alguns especialistas apontam para a carência de um estudo profundo elaborado por entendedores na área da linguística, bem como para a falta de consideração pelo impacto da mudança junto da comunidade. Os mesmos estudiosos assumem que o sistema ortográfico não espelha um objeto que sofra mutações de uma forma natural, e que, por esse mesmo motivo, o estabelecimento de um novo acordo favorecerá a instalação de uma imensa instabilidade ortográfica (Palma, 2010) – o que acabei por verificar no processo de revisão. Associado a um sistema ortográfico e ortolinguístico com um alto grau de codificação, manifesta uma grande rigidez e, conseqüentemente, resulta numa maior resistência à desejada mudança.

A enorme permissividade ortográfica adjacente ao novo acordo representa um dos argumentos apresentados contra a nova grafia. Como veremos em seguida, este admite grafias facultativas em toda a sua extensão, contribuindo, segundo a opinião dos críticos, para uma desordem na ortografia e alterações na pronúncia.

Neste sentido, e tendo em conta todos estes fatores, “como fará um professor que é obrigado a penalizar os alunos que não escrevem com a ‘ortografia’ do Acordo, se não há consenso quanto à ortografia – se não há, no fundo *orto* grafia [...] grafia correta nos dicionários relativamente a tantos vocábulos?” (Monteiro, 2018a: 157).

Quadro 5

Inconsistências no Acordo

Dicionário do Português Atual Houaiss (edição de 2011)	Portal da Língua Portuguesa	Dicionário Priberam da Língua Portuguesa	Dicionário da Língua Portuguesa (Porto Editora, edição de 2011)	Novo Prontuário Ortográfico (Plátano Editora)
espetro	espetro espectro	espetro espectro	espetro espectro	espetro
característica	característica	característica	característica	característica
característica	caraterística (Brasil)	caraterística	caraterística	
asséptico	asséptico	asséptico	asséptico	asséptico
assético	assético (Portugal)	assético	assético	
espetador	espetador (Portugal) Espectadora	espetador espectador	espetador espectador	espetador
estupefação	estupefacção (Brasil) Estupefação	estupefacção estupefação (Brasil)	estupefação	estupefação
apocalíptico	apocalíptico	apocalíptico	apocalíptico	apocalítico
apocalítico	apocalítico	apocalítico	apocalítico	
veredicto	veredicto	veredicto	veredicto	veredito
veredito	veredito	veredito	veredito	

Nota. Adaptado de Monteiro (2018a: 159)

A nível prático releva-se uma enorme complexidade,

Imagine que há um novo artefacto. Imagine que o Estado decreta que tal artefacto tem de ser usado nas escolas e nos organismos públicos, substituindo um artefacto anterior. Imagine que tal artefacto desata a provocar inúmeros acidentes diários. Imagine que, ao cabo de um decénio, não há melhorias. Imagine ainda que os

manuais de instruções sobre o artefacto divergem quanto à interpretação do manual de instruções do próprio artefacto. Passa a haver dois grupos: os que dizem que tal engenhoca se revelou uma catástrofe por ser uma péssima ferramenta e os que defendem que os problemas com a engenhoca se devem apenas à má utilização. Eis a situação em que estamos. O artefacto chama-se o ‘Acordo Ortográfico de 1990’ (Monteiro, 2019a).

Por exemplo, “antes do Acordo há uma ortografia: ‘Passeámos na Avenida da Liberdade sem grandes expectativas’. Com o Acordo, há oito ortografias para a frase” (Monteiro, 2018b), como se pode observar nos exemplos dados em (16):

- (16)
- a. Passeámos na Avenida da Liberdade sem grandes expectativas.
 - b. Passeámos na Avenida da Liberdade sem grandes expetativas.
 - c. Passeámos na avenida da Liberdade sem grandes expectativas.
 - d. Passeámos na avenida da Liberdade sem grandes expetativas.
 - e. Passeamos na Avenida da Liberdade sem grandes expectativas.
 - f. Passeamos na avenida da Liberdade sem grandes expetativas.
 - g. Passeamos na avenida da Liberdade sem grandes expectativas.
 - h. Passemos na avenida da Liberdade sem grandes expetativas.

A propósito desta série de exemplos, o autor afirma o seguinte:

No exemplo acima, se o verbo não fosse ‘passear’, mas um de dupla grafia, teríamos não oito, mas dezasseis formas ortográficas para escrever a frase. Se ainda acrescentarmos o incredivelmente facultativo de ‘dêmos’ (para distinguir de ‘demos’, teremos trinta e duas ortografias para a frase, parágrafo ou texto. Se tivermos o nome de um curso (por exemplo, Medicina), também aqui passa a ser opcional a maiúscula... e vamos em sessenta e quatro ortografias. Um santo (ou uma santa) seguido do respectivo nome e eis outra nova facultatividade quanto à maiúscula inicial... cento e vinte ortografias. O nome de um edifício (Palácio da Cultura/palácio da Cultura) ... e outra facultatividade... duzentas e cinquenta e seis. O nome completo de uma igreja, opcional também a maiúscula inicial... quinhentas e doze ortografias [...] E assim sucessivamente multiplicando por dois. (Os números começam a ser terrivelmente assustadores, o Acordo torna-nos multimilionários das ortografias) (Monteiro, 2018b).

De acordo com Bergström & Neves (1999: 126), a pronúncia de algumas palavras pode conduzir à cacografia. Essencialmente, de acordo com algumas perspetivas, representa um fomento ao erro e à consolidação do dito caos ortográfico. Em relação à grafia de maiúscula e minúscula, segundo o Acordo Ortográfico de 1945, de acordo com o Documento n.º 2: Bases Analíticas do Acordo de 1945, alínea 39⁷, “[...] os nomes pertencentes ao calendário, com exceção das designações dos dias da semana [...]” são escritos [...] sempre com maiúscula. Já tendo por base o Acordo Ortográfico de 1990,

⁷ <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1945>

Segundo a Base XIX⁸: Das Minúsculas e Maiúsculas: “a maiúscula só se aplica aos antropónimos, reais ou fictícios [...], aos topónimos, reais ou fictícios [...], aos nomes de seres antropomorfizados ou mitológicos [...], aos nomes que designam instituições [...], aos nomes de festas e festividades [...], aos títulos de periódicos, que retêm o itálico [...], aos pontos cardeais ou equivalentes, quando empregados absolutamente [...], e a siglas, símbolos ou abreviaturas internacionais ou nacionalmente reguladas com maiúsculas, iniciais ou mediais ou finais ou o todo em maiúsculas”.

Como explicar para os demais

que houve um instrumento criado para aumentar o ‘prestígio internacional’ da nossa língua, tornando-a, porém, mais diferente das demais, e cuja aplicação diária continua a criar dificuldades, hipercorreções, que os dicionários divergem quanto à aplicação desse instrumento e que os tradutores podem consultar diferentes dicionários, que há palavras agora de dupla grafia que podemos escrever em função de pronunciarmos... ou não? Como explicar que ‘descaracterizámos pode ser escrito de quatro formas? – Com acento ou sem ele, com o ê antes do tê ou sem ele” (Monteiro, 2019b).

Adicionalmente,

Chamamos, chamámos, falamos, falámos, brincamos, brincámos, trocamos, trocámos – é facultativo distinguir o tempo pretérito do tempo presente. Se o contexto for ambíguo, o leitor que se amane. Em frases que aparecem desgarradas e desprovidas de contexto (na televisão, na imprensa, na Internet), a salgadeira é total. Numa época de hiperinformação tombando a cada instante, em que muitos só lêem os títulos, que mal tem a interpretação contrária quanto ao tempo em que se situa a acção ou quanto ao próprio sentido da frase: ‘Jogamos mal’ ou ‘pagamos mal’, numa fonte acordizada, pode ser ‘jogámos mal’ ou ‘pagámos mal’ (Monteiro, 2018b).

“Em rigor, não há ‘Acordo Ortográfico’, mas ‘Desacordo Arbitriográfico’ (Monteiro, 2018a: 160). “A ‘norma’ (com setenta aspas de cada lado) é lábil, difusa, imprecisa” (Monteiro, 2018a: 169) e reflete-se na escrita, inclusive na de referência.

Por diversas vezes, ao longo do processo de revisão, deparei-me com incongruências, mais concretamente, com o uso do Acordo Ortográfico e o seu contrário numa mesma produção textual.

Podemos apontar, tendo em conta tudo o que fora referido, que a maior parte dos casos deve-se à dúvida perante determinada palavra e a sua forma após a reforma do Acordo de 1990, apesar de muitas vezes se verificar o uso correto e, ao percorrer o texto, ao mesmo tempo, o oposto em relação a um mesmo vocábulo – por exemplo, a nível de uso de maiúscula e minúscula nos meses e estações do ano. Questões relativas à pronúncia

⁸ <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&id=19-2&version=1990>

não geram dúvidas, mas existem, de facto, outras questões facilmente dúbias como o uso de hífen (21) e o caso anteriormente referido, isto é, o uso de maiúsculas e minúsculas (17) e, ainda, a acentuação gráfica ((18) a (20)).

(17) Primavera – Com o Novo Acordo o uso de maiúsculas fica reservado aos nomes próprios de lugares, de pessoas e de entidades mitológicas, onde não se inclui as estações do ano;

(18) Pólo – Em relação à acentuação, este exemplo em concreto passou a configurar um erro considerando o Novo Acordo Ortográfico. Tendo em conta as novas regências, a palavra deverá ser escrita sem o acento agudo;

(19) Aritenóides – O mesmo se verifica para este exemplar, palavra escrita corretamente sem a presença da acentuação gráfica;

(20) Heróico – Heroico;

(21) Há-de: Destacar que o uso do hífen ausenta-se nas formas monossilábicas do verbo haver auxiliar, como é o caso de hei de, hás de, há de, hão de.

Retomando o exemplo (20), com o Acordo Ortográfico de 1990, e conforme a sua Base XVII, o hífen desaparece nas formas monossilábicas de haver auxiliar: hei de, hás de, há de, hão de. Conforme a Nota Explicativa do Acordo Ortográfico de 1990, a supressão de elementos como o hífen nestas formas verbais é feita na tentativa de a preposição “de” operar simplesmente como um mero elemento de ligação ao infinitivo com que se forma a perífrase verbal.

De um modo conclusivo, toda esta questão em torno do Novo Acordo constitui um problema frequente na grande maioria dos objetos em análise. Em relação a este tópico, é certo que a língua admite usos alternativos, mas, ao mesmo tempo, a norma estabelece um código e considera um erro – uso inaceitável – aplicar de forma inconsistente o Acordo Ortográfico de 1990 da língua portuguesa. Cada autor, apesar dos problemas que possam surgir, deve ter liberdade para o seguir, ou não, mantendo essa escolha ao longo de todo o texto. Pois o erro revela-se problemático por desrespeitar a norma e o que nela está estabelecido. Sucede, tal como vimos, ou por desconhecimento do código linguístico ou por confusão de partes constitutivas deste, e, apesar de não ser aceitável, frequentemente, por se tornar um uso recorrente pode vir a integrar de forma leviana na escrita. Estes podem estender-se a todo o conteúdo do artigo, incluindo pequenos detalhes nas referências bibliográficas.

3.4.4 Pontuação

Por fim, descrevem-se neste ponto diversos casos em que os autores não respeitaram as regras de pontuação, onde se inclui o uso e a colocação da vírgula.

Tal como indicamos anteriormente, e de acordo com Cunha & Cintra, “[a] língua escrita não dispõe dos inumeráveis recursos rítmicos e melódicos da língua falada. Para suprir essa carência, ou melhor, para reconstruir aproximadamente o movimento vivo da elocução oral, serve-se da pontuação” (2005: 639). Complementando este ponto, Rebelo destaca o objetivo da pontuação, referindo que esta “serve, acima de tudo, a clareza da frase, e, conseqüentemente a melhor compreensão do sentido” (1957: 7).

De acordo com Olívia, “na segunda metade do século XVI, a pontuação continuava, entre nós, a ser coisa arbitrária, pelo menos em muitos casos” (1959: 78). A mesma autora salienta ainda que, mesmo com o surgimento da imprensa escrita, no século XV, a pontuação continuou a ser, durante algum tempo, um elemento acessório da gramática. Contudo, é notória a sua importância, pois

os sinais de pontuação estabelecem relações estreitas com a representação das especificidades sintáticas e semânticas dos enunciados, na escrita. As regras para o uso da pontuação recorrem frequentemente a conceitos sintáticos e semânticos; a presença ou a ausência de determinados sinais de pontuação em posições sintáticas específicas pode condicionar a gramaticalidade dos enunciados ou alterar o seu significado (Duarte, 2000: 402).

Assim, em relação ao uso da vírgula, temos alguns casos, indicados em (22):

- (22)
- a. “A Tabela N.º [...] [,] dá conta de algumas dessas possibilidades”
 - b. “Infelizmente, o quadro atual de preservação do património [...] nacional [,] encontra-se [...]”
 - c. “Deve, por isso, ser uma das prioridades do [...] [,] dotar a sua equipa de uma atualização formativa na área da investigação.”
 - d. “As instituições que gerem o património [...] [,] devem pugnar pela excelência e credibilização de toda a sua gestão.”
 - e. “A tipologia documental encontrada para estes dois casos [,] é praticamente idêntica”
 - f. “Em nenhuma das duas situações aqui apontadas [,] foram localizados [...]”
 - g. “Neste aspeto, cabe ainda assinalar [,] uma manifesta preferência [...]”

De uma forma evidente, alguns termos e partes integrantes de uma determinada oração, como o sujeito e predicado, e verbo e complementos, que estão ligados uns com os outros, não podem ser separados por qualquer sinal gráfico, como a vírgula (Azeredo, 2008, Cunha & Cintra, 2005). Neste contexto, certos constituintes frásicos estão

interligados e não podem ser separados pela vírgula, e, de acordo com Bergström & Neves (1999), dois desses constituintes são, por exemplo, o sujeito e o predicado.

De acordo com a asserção de Cegalla (2008), não há uma uniformidade quanto ao emprego dos sinais de pontuação. Mas é facto, ainda de acordo com o mesmo autor, as suas finalidades: “assinalar as pausas e as inflexões da voz, a entonação na leitura; separar palavras, expressões e orações que devem ser destacadas; esclarecer o sentido da frase, afastando qualquer ambiguidade” (Cegalla, 2008: 428).

O seu uso incorreto pode gerar ambiguidade e prejudicar a compreensão do texto. Em contrapartida, a correta pontuação ajuda a dividir o pensamento, deixando-o claro e facilitando a fluência da sua compreensão. Os exemplos reafirmam a importância desta questão, o estudo dos seus usos diminui a possibilidade de tornar um texto ambíguo, impedindo a sua compreensão. Vejamos o seguinte exemplo:

- (23) a. Não quero que ela venha.
b. Não, quero que ela venha.

O uso da vírgula transmite uma mensagem completamente diferente. Assim, é importante que o emissor saiba exatamente a mensagem que deseja transmitir e que pontue as vírgulas nas posições corretas, de acordo com o que de facto procura transmitir. Caso contrário, a mensagem a ser transmitida poderá não ser compreendida ou ser distorcida.

Todas as questões aqui estudadas configuram problemas frequentes que requerem uma especial atenção. “No seu mais básico, estamos apenas a discutir uma habilidade aprendida, mas não concordamos que, por vezes, as competências mais básicas podem criar coisas muito além das nossas expectativas?” (King, 2000: 137, tradução própria). Representam vícios, porventura inconscientes, pois

O hábito é amo do cérebro. Sim, é preciso que nos chamem atenção para o problema, de modo que nos consigamos libertar de tal micróbio de estilo [...]. Temos o paladar amestrado e não sabemos” (Monteiro, 2018a: 53).

Posto isto, e “não havendo consenso quanto aos critérios que permitem decretar que determinada frase soa bem” (Monteiro, 2018a: 47), os exemplos apresentados servem para analisar vícios e “micróbios” (Monteiro, 2018a) forçosos de combater.

Ainda dentro deste contexto,

Se houvesse uma fórmula para escrever bem, todos aqueles que a decorassem e praticassem, mais cedo ou mais tarde, escreveriam da mesma maneira. Não há, infelizmente, tal fórmula nem tal algoritmo (Monteiro, 2018a: 14),

mas há uma norma que deve ser respeitada, sobretudo na escrita em análise, isto é, de referência. Neste sentido, “é muito mais fácil definir os critérios que permitem identificar a má escrita do que aqueles que permitem identificar a boa escrita” (Monteiro, 2018a: 13), pois

Munidos de instrumentos com razoável grau de objectividade, conseguimos demonstrar que certa frase (parágrafo, verso, poema, texto, obra) enferma de pecados capitais de principiante, mas o exercício de explicar por que motivos determinado passo representa o exemplo de boa, excelente ou superbíssima escrita é uma corrente que não flui do emissor para o receptor com igual naturalidade (Monteiro, 2018a: 13).

Ainda assim, “boa escrita é também sobre fazer boas escolhas quando se trata de escolher as ferramentas com que se pretende trabalhar” (King, 2000: 127, tradução própria).

A boa escrita consiste em dominar os fundamentos (vocabulário, gramática, elementos de estilo) e, em seguida, preencher o terceiro nível da sua caixa de ferramentas com os instrumentos certos. [...] [Mais], embora seja impossível fazer de um escritor competente um mau escritor, e embora seja igualmente impossível fazer um grande escritor de um bom escritor, é possível, com muito trabalho árduo, dedicação e ajuda oportuna, fazer um bom escritor de um meramente competente (King, 2000: 142, tradução própria).

Para tal, o conhecimento da gramática da própria língua revela-se imperial.

Se não tem uma noção rudimentar de como as partes da fala se traduzem em frases coerentes, como pode ter a certeza de que está bem? A resposta, claro, é que não pode, não vai. Aquele que compreende os rudimentos da gramática encontra no seu coração uma simplicidade reconfortante, onde só precisa haver substantivos, as palavras que nomeiam, e verbos, as palavras que agem (King, 2000: 121).

Por fim, fora do domínio ortográfico, a repetição de conteúdos (Figuras 6 e 7) representa um outro ponto frequentemente identificável:

Figuras 6 e 7

Exemplo de repetição de conteúdo

(1821-1822), Juiz de Fora de **Ponta Delgada [Informação repetida; ver atrás; será necessário repetir?]**, Madeira (1789), e da Ribeira Grande, ilha de S. Miguel, Açores (1792), etc.

de Ponta Delgada, S. Vicente, Madeira (antes de **?-12-1784) [esta informação não foi dada anteriormente?]**, * em S. Brás do Campanário,

Os excertos apresentados (Figuras 6 e 7) permitem observar alguns comentários face à duplicação desnecessária de informação apresentada pelos autores. A chamada de atenção e conseqüente revisão permite elevar a qualidade do texto ao torná-lo mais fluído e objetivo.

De igual forma, a nível de questões de normalização, a ausência de fontes bibliográficas que comprovam determinada informação apontada pelo autor manifesta-se por vezes. Com a devida indicação da fonte é possível especificar a localização exata dos conteúdos citados, conhecer os detalhes da publicação referida, de forma a permitir uma identificação inequívoca daquele documento e uma eventual consulta. Além do mais, possibilita estabelecer uma distinção clara entre o seu próprio trabalho e o publicado por outros e o confronto com outras fontes. A referência está diretamente relacionada com a qualidade do trabalho, pois representa um elemento hipertextual que advém do reconhecimento de uma determinada autoridade.

Adicionalmente, outro erro que ocorre prende-se com a omissão de referências na lista final tendo já indicado a fonte de determinada informação ao longo do corpo do texto. Ainda dentro deste tópico, a omissão de fontes documentais e bibliográficas ao longo dos artigos é igualmente frequente; e tais omissões devem ser reportadas, nos lugares oportunos, através, por exemplo, das seguintes expressões entre parênteses retos e assinaladas a amarelo: [*Fonte desta citação?*] e [*Fonte desta informação?*].

As omissões das fontes e da bibliografia no final dos artigos é assinalada, por exemplo, nos lugares certos, através da seguinte chamada de atenção: [*Esta referência documental/bibliográfica não está na lista final, onde tem de ser inserida.*]

Por vezes, no processo de revisão, tornam-se imperativos pedidos feitos aos autores. Dois exemplos: [*O significado de toda a sinalética usada ao longo do artigo deve ser inserida numa primeira nota de rodapé*] e [*Verificar citação; parece haver incongruências.*]

Assim, a atividade editorial e de revisão passa por avaliações, sugestões, pedidos, dúvidas e intervenções a diversos níveis, gráficos ou não.

A função – detalhista e competente – procura conferir a uma produção textual clareza. Tal como referido ao longo do presente esboço, corrigindo-a gramaticalmente, ambicionando coesão e coerência, apontar erros, estabelecer fluidez, o que implica diálogo.

Ocasionalmente, torna-se necessário interrogar os autores e solicitar-lhes esclarecimentos, no sentido de clarificar ou especificar conceitos e realidades. Podemos

dizer que, de um modo geral, este nosso âmbito de intervenção não colheu resistência ou acrimónia por parte dos autores – antes sendo, por vezes, como se vislumbrou, considerado bem-vindo e enriquecedor.

Sumariamente, de acordo com a visão de Machado, um dos objetivos do revisor ao trabalhar com o texto é

encontrar e corrigir erros dos mais diversos níveis de leitura para que o leitor comum não tenha sua atenção desviada por decorrência de problemas de grafia, falta de lógica, palavras faltando, repetição de ideias, inadequações de tradução, entre outros (2017: 9).

CONCLUSÃO

No breve estudo teórico direcionado para o domínio textual e todas as suas particularidades inerentes procurou-se caracterizar a escrita – apontando as suas especificidades no domínio gráfico e, simultaneamente, as suas semelhanças/diferenças relativamente à oralidade – e descrever a análise textual, fazendo referência a alguns aspetos e reforçando a sua importância para o estudo da língua. Ainda a nível conceptual, demonstrou-se a importância do profissional de edição/revisão e os benefícios da sua atuação dentro deste campo.

Em concordância com a literatura estudada, estabeleceu-se uma complementaridade entre as modalidades oral e escrita de uma língua, suportada por uma natureza normativa e, ao mesmo tempo, por uma base sociolinguística. Ademais, procurou-se, ainda que de uma forma não muito aprofundada, apresentar os critérios de textualidade e evidenciando a associação deste domínio a uma nomenclatura muito própria. Conectado a esta esfera de alta complexidade, e quando ocorrem falhas, o processo de revisão e edição linguística encontra-se relacionado a uma visão crítica que permite um outro olhar e uma atuação de verdadeira importância, tendo sempre em vista a viabilização de uma melhoria do texto e onde a linguística assume uma enorme importância. De facto, ao longo de todo o relatório, foi possível reconhecer a profissão como estando sujeita a condicionalismos e especificidades próprias, reguladas pela linguagem, onde o revisor representa um agente de mediação. Ficou patente também que, como já citado “cada autor tem o seu código e [cabe] ao revisor entendê-lo, uniformizá-lo e identificar lapsos” (Monteiro, 2018a: 206), através de uma colaboração ativa. Ao procurar enfatizar o seu valor reafirma-se que

no dia em que se publicassem as (grandes) obras dos (grandes) autores no estágio de pré-revisão, o verdadeiro valor do ofício do revisor linguístico [...] emergiria tal como é: mil vezes maior do que os leitores imaginam. Não apenas erros ortográficos, de sintaxe, de conteúdo – o revisor cinzela o texto, trabalha todas as dimensões da língua (Monteiro, 2018a: 216).

Para além do mais, tal como Monteiro afirma: “nunca li ou folhee um livro que não tivesse erros ou gralhas. Um só. Por mais curto que fosse” (Monteiro, 2018a: 203), ficou patente, uma vez mais, a relevância da sua opinião. Ficou igualmente demonstrado que o processo de revisão vai para além da correção meramente ortográfica, podendo atingir os conteúdos propostos pelo autor. Assim, exige uma série de demandas, nomeadamente o conhecimento da temática em questão, o que permite identificar eventuais inconsistências. Em adição, implica diversas leituras regidas de concentração e

de uma máxima atenção, compenetrada à ortografia, pontuação e sintaxe, por exemplo. Mais, importa referir que todas as mudanças devem ser assinaladas no corpo do texto, com recurso a um sistema de codificação perceptível ao autor, exceto alterações extremamente óbvias – como por exemplo o ponto da abreviatura da palavra número (n.º), muitas vezes esquecido. No entanto, com a prática de atividades de revisão, grande parte de possíveis correções acabam por ser previstas e o olho do revisor fica, em norma, atento a questões já verificadas anteriormente.

De uma forma sumária, o objetivo do revisor passa pelo estabelecimento de uma uniformização a vários níveis, gráfico ou ortográfico, ou seja, a procura pela harmonia em todas as partes integrantes do texto traduz a sua principal obrigação. Ainda que seja visível toda a questão entre o que é determinado como certo ou errado, estes impasses desaparecem se estiverem dentro de condutas de uso conscientes, por exemplo as referências bibliográficas regidas por uma determinada norma editorial. E é aqui que se exterioriza de forma mais evidente a graciosidade associada ao trabalho de revisão, o cuidado com minuciosidades que estabelecem a coerência idealmente pretendida para a harmonia do texto. Assim, pressupõe-se a compreensão do objeto num todo, tornando o revisor numa identidade que encontra no detalhe o mote para a sua atuação.

Adicionalmente, e tendo em conta os objetivos propostos para o projeto de estágio, a breve análise e discussão sobre as atividades de edição e de revisão linguística de textos de publicações realizadas no CEHA-AV foi orientada para um estudo reflexivo das questões entendidas como mais pronunciadas e para os problemas recorrentemente identificáveis. Neste sentido, foram identificados os seguintes aspetos mais relevantes: (i) a um nível de coesão textual, repetições desnecessárias que afetam a estrutura do objeto; (ii) sob uma análise de sintaxe, erros de concordância; (iii) dúvidas no uso do Acordo Ortográfico e, conseqüentemente, desacordos; e, por fim, (iv) o emprego inadequado de pontuação, mais concretamente do sinal gráfico da vírgula.

Pelo exposto, torna-se evidente que mesmo na modalidade escrita, dita de referência, que procura seguir a norma de uma forma rígida, verificam-se erros. Isto requer especial atenção, pois a compreensão desta tipologia associada a um aglomerado de regras que procuram orientar na escrita não se dá de forma espontânea; em contrapartida, requer assimilação e, exige, ao mesmo tempo, o reconhecimento das falhas – muitas das vezes associadas a uma inconsciência que se desperta e torna clarividente com a ajuda do profissional aqui esboçado.

Assim, através de uma análise focada em questões textuais, a prática de revisão/edição permitiu refletir sobre a importância do processo de revisão/edição. Adicionalmente, foi possível observar inúmeras divergências linguísticas e interpretativas em tantos aspetos do foro linguístico, o que se manifesta também através da aceitação, ou não, das sugestões.

Importa apontar que o período de estágio no CEHA-AV revelou-se extraordinariamente enriquecedor e, igualmente, uma oportunidade de contactar não só com o mercado profissional, mas também com toda a envolvência da revisão/edição, num ambiente que procurou proporcionar uma aprendizagem contínua, através de um acompanhamento do progresso realizado e da atribuição gradual de responsabilidades. Foi possível desenvolver os conhecimentos adquiridos através da minha formação, no âmbito do Mestrado em Linguística: Sociedades e Culturas. Adicionalmente, houve a oportunidade de desempenhar várias funções, realizar variados tipos de revisão, com a colaboração de pessoas cujo trabalho diário se prende com este meio e acompanhar todo o processo de uma publicação, presenciando o seu desenvolvimento, a respetiva revisão e formulação gráfica, sob a alçada do Dr. Filipe dos Santos, que procurou sempre inculcar os seus conhecimentos neste domínio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, C. P. (2004). A revisão de textos escritos nas dificuldades de Aprendizagem: meios de intervenção. In *Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educación*, 9, 73-92.

Amorim, W. W. *et al* (2016). Neurofisiologia da escrita: O que acontece no cérebro quando escrevemos? In *Revista Neuropsicologia Latino Americana*, vol. 8, nº 1. DOI: 10.5579/rnl.2016.0260

Azeredo, J. (2008). *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha.

Bagno, M. (2017). *Dicionário Crítico de Sociolinguística*. São Paulo: Parábola.

Barthes, R. (1975). *Escrever... para quê? para quem?* Lisboa: Edições 70.

Beaugrande, R. & Dressler, W. U. (1997). *Introducción a la lingüística del texto*. Barcelona: Ariel.

Bento, H. S. (2013). *Sistema solar Editora em órbita*. [Relatório de Estágio de Mestrado em Edição de texto]. Lisboa: FCSH-UNL.

Bergström, M. & Neves, R. (1999). *Prontuário Ortográfico e guia da língua portuguesa*. Editorial Notícias: Lisboa.

Brito, A. M. (2010). Da “arte” à ciência: o caminho da gramática. In Brito, A. M. (org.). *Gramática: História, Teorias, Aplicações* (pp.1-10). Porto: Fundação Universidade do Porto – Faculdade de Letras.

Castro, I. (2004). *Introdução à História do Português: Geografia da Língua. Português Antigo*. Lisboa: Edições Colibri.

Carvalhas, M. J. (2013). *Relatório de Estágio no Jornal Correio da Manhã*. [Relatório de Estágio de Mestrado em Edição de texto]. Lisboa: FCSH-UNL.

Carvalho, J. A. B. (2001). O ensino da escrita. In Sequeira, F., Carvalho, J.A.B., Gomes, Á. (org.), *Ensinar a escrever: teoria e prática: actas do Encontro de Reflexão sobre o Ensino da Escrita, Braga, 1999* (pp. 73-92). Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

- Carrilho, E. (2003). Ainda a unidade e diversidade da língua portuguesa: a sintaxe. In: Castro, I. & Duarte, I. (ed.). *Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mateus*, vol. 1 (pp. 19-42). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Cegalla, D. P. (2008). *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora.
- Citoler, S. D. & Sanz, R. O. (1997). A leitura e escrita: processos e dificuldades na sua aquisição. In Bautista, R. (ed.) *Necessidades Educativas Especiais* (pp. 111-136). Lisboa: Dinalivro.
- Cintra, L. F. L. (1994). *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis.
- Coelho, S. M. & Antunes, L. B. (2010). Revisão textual: para além da revisão linguística. In *SCRIPTA*, vol. 14, n.º 16, 205-224.
- Costa, S. I. (2012). *Relatório de Estágio em Edição de Texto*. [Relatório de Estágio de Mestrado em Edição de texto]. Lisboa: FCSH-UNL.
- Cunha, C. & Cintra, L. F. L. (2005). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2020 de 20 de janeiro – Diário da República: 1.ª série, N.º 13/2020.
- Duarte, I. (2000). *Língua Portuguesa. Instrumentos de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Duarte, I. (2010). Mudam-se os tempos, muda-se a gramática. In Brito, A. M. (org.). *Gramática: História, Teorias, Aplicações* (pp. 11-28). Porto: Fundação Universidade do Porto – Faculdade de Letras.
- Eco, H. (2012) *Confissões de um Jovem Escritor*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gee, J. (2005). *An Introduction to Discourse Analysis: Theory and Method*. London: Routledge.
- Gomes, J. R. (1943). *Casos de tecnologia (Divulgação científica): À margem dos programas escolares*. Lisboa: Sociedade Editorial e Livreira.

- Gomes, J. R. (2022). *Casos de tecnologia (Divulgação científica): À margem dos programas escolares*. Funchal: Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira.
- Goody, J. & Watt, I. (1968). The consequences of literacy. In Goody, J. (org.). *Literacy in traditional societies* (pp. 27-84). Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press.
- Goody, J. (1977). *The domestication of the savage mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. London: Routledge.
- Faria, I. & Pericão, M. (2008). *Dicionário do Livro: Da Escrita ao Livro Eletrónico*. Coimbra: Edições Almedina.
- Fávero, L. L. (2003). *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática.
- Ferreiro, E. (1990). *Os Processos de leitura e escrita: novas perspectivas* (3.^a Ed). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Fidalgo, M. M. (2014). *Guia para revisores de texto: Uma proposta para o exercício de uma profissão pouco (re)conhecida*. [Trabalho de Projeto de Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística]. Lisboa: FCSH-UNL.
- Figueiredo, C. (1906). *Falar e Escrever: Novos Estudos Práticos da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Figueiredo, O. (2010). Itinerário pelo ensino e aprendizagem da língua. Em torno da gramática. In Brito, A. M. (org.). *Gramática: História, Teorias, Aplicações* (pp. 159-168). Porto: Fundação Universidade do Porto – Faculdade de Letras.
- Fonseca, J. (1992). *Linguística e Texto/Discurso: Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: ME/ICLP.
- Freitag, R. & Lima, G. (2010). *Sociolinguística*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe.
- Halliday, M. A. K. & Hassan R. (1976). *Cohesion in English*. London: Longman.
- King, S. (2000). *On writing: a memoir of the craft*. Nova Iorque: Scribner.

- Koch, I. (2004a). *A coesão textual*. São Paulo: Contexto.
- Koch, I. (2004b). *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Koch, I. (2006). *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.
- Koch, I. & Travaglia, L. C. (2015). *A coerência textual*. São Paulo: Contexto.
- Kunzli, A. (2007). Translation Revision: A study of the performance of ten professional translators revising a legal text. In *Translation Studies: Doubts and directions* (pp. 115-126). Amsterdam: Benjamins.
- Labov, W. (1964). Phonological correlates of social stratification. In *American Anthropologist*, 66(6): 164-176.
- Labov, W. (1972). *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Leite, D. R. & Magalhães, J. O. (2014). A proficiência de revisores de textos profissionais em uma tarefa de detecção de erros. In *Letrônica*, vol. 7 (1), 225-249.
- Luria, A. R. (1976). *Cognitive Development: Its cultural and social foundations*. Cambridge, Mass e Londres: Harvard University Press.
- Macedo, D. S. (2013). *As contribuições da análise do discurso crítica e da multimodalidade à revisão textual*. [Dissertação de Mestrado em Linguística]. Brasília: Universidade de Brasília.
- Machado, C. (2018). *Manuel de Sobrevivência do Revisor Iniciante*. Minas Gerais: Editora Moinhos.
- Maia, C. (2010). *A consciência da dimensão imperial da Língua na produção linguístico-gramatical portuguesa*. In Brito, A. M. (org.). *Gramática: História, Teorias, Aplicações* (pp. 29-50). Porto: Fundação Universidade do Porto – Faculdade de Letras.
- Marcuschi, L. A. (1983). *Linguística de Texto: o que é e como se faz*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- Marcuschi, L. A. & Dionísio, A. P. (2005). *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Marcuschi, L. A. (2007). *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.
- Marcuschi, L. A. (2008). *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Mann, W. C.; Matthiessen, C. M. I. M. & Thompson, S. A. (1992). Rhetorical structure theory and text analysis. In Mann, W. C.; Thompson, S. A. (eds.) *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text* (pp. 39-78). Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins.
- Marques, T. A. (2014). *Contributos para o desenvolvimento de um manual do revisor de texto*. [Trabalho de Projeto de Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística]. Lisboa: FCSH-UNL.
- Mateus, M. H. M. & Villalva, A. (2006). *O Essencial sobre Linguística*. Lisboa: Caminho.
- Mateus, M. H. M. & Carneira, E. (2007). *Norma e Variação*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Monteiro, M. (2018a). *Por amor à língua: contra a linguagem que por aí circula*. Lisboa: Penguin Random House.
- Monteiro, M. (2018b). Admirável Língua Nova (Parte VIII). In *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/07/16/culturaipsilon/opiniao/admiravel-lingua-nova-parte-viii-1838111> (consultado a 26/04/2022).
- Monteiro, M. (2019a). Admirável Língua Nova (Parte X). In *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/02/23/culturaipsilon/opiniao/admiravel-lingua-nova-parte-x-1863129> (consultado a 26/04/2022).
- Monteiro, M. (2019b). Admirável Língua Nova (Parte XI). In *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/07/29/culturaipsilon/noticia/admiravel-lingua-nova-parte-xi-1881642> (consultado a 26/04/2022).
- Mossop, B. (2014). *Revising and editing for translators*. Nova Iorque: Routledge.

- Oliveira, R. R. F. (2007). *Um olhar dialógico sobre a atividade de Revisão de Textos escritos: entrelaçando dizeres e fazeres*. [Tese de Doutorado em Letras]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Olívia, M. pseud. (1959). *Aspectos linguísticos da pontuação*. Separata da *Revista Portugal*, 172. [s.n.]: Lisboa.
- Olshtain, E. & Celce-Murcia M. (2001). Discourse Analysis and Language Teaching. In Schiffrin, D., Tannen, D. & Hamilton, H.E. (eds.) *The Handbook of Discourse Analysis* (pp. 707-724). Oxford: Blackwell.
- Ong, W. (1977). *Interfaces of the word*. Londres: Cornell University Press.
- Ong, W. (1998). *Oralidade e Cultura Escrita: A Tecnologização da Palavra*. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. São Paulo: Papyrus.
- Otero, C. (1999). Pronombres reflexivos e recíprocos. In Bosque, I. & Demonte, V. (dir.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Espanhola*, vol. 1 (pp. 1427-1517). Madrid: Espasa.
- Pacheco, C. A. T. (2013). *Análise crítica e propostas de Revisão na área editorial: uma experiência no expresso*. [Relatório de Estágio de Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística]. Lisboa: FCSH-UNL.
- Palma, E. (2010). *Acordo Ortográfico: um puzzle de oito cabeças*. [Dissertação de Mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira]. Lisboa: FCSH-UNL.
- Passos, J. A. & Santos, M. L. (2010). *Leituras, Revisão Textual e o Revisor*. Brasil: Universidade Estadual de Góias-Anápolis.
- Pereira, L. L. (2016). *Entre a formação académica e a experiência profissional: estabilização dos conceitos de Revisão e de Revisor*. [Trabalho de Projeto de Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística]. Lisboa: FCSH-UNL.
- Peres, J. A. & Mória, T. (2003). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa* (2.^a ed.). Coleção Universitária, série Linguística. Lisboa: Caminho.

Pessoa, A. P. (2006). *A construção da coerência na produção escrita de histórias por crianças*. [Programa de Pós-graduação em Psicologia]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Poel, K. V. (2003). *Text Editing: From a talent to a scientific discipline*. Antuérpia: Universidade de Antuérpia.

Portaria n.º 369/2020 de 16 de julho – Diário da República: 1.ª série, N.º 133.

Queiroz, R. (2009). Caminhos do Português: A Memória da Escrita Preservada nos Documentos. In Fólio: *Revista das Letras*, vol. 1 (1). <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/2746>

Rebello, J. (1957). *Pontuação e análise sintáctica* (2.ª ed). Coimbra: Coimbra Editora.

Reis Lobato, A. (1770). *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

Rocha, H. & Silva, C. M. (2010). Da revisão de texto à revisão de texto crítica: uma nova perspectiva profissional. In *Universitas Humanas*, 7 (12). <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/universitashumanas/article/view/897>

Rocha, H. (2012). *Um novo paradigma da revisão de texto: discurso, gênero e multimodalidade*. [Tese de doutoramento em Linguística]. Universidade de Brasília.

Rocha, M. S. (2015). Texto na escola: um olhar sob o viés da linguística textual. In *Encontro das ciências da linguagem aplicadas ao ensino (ECLAE)*, 6., 2015, Garanhuns. *Anais eletrônicos do VI ECLAE* (pp. 3451-3461). Garanhuns, PE: Pipa comunicação.

Rocha, M. S. & Silva, M. M. (2017). A linguística textual e a construção do texto: um estudo sobre os fatores de textualidade. In *Revista A Cor das Letras*, vol. 18 (2), 26-44.

Rodrigues, I. (1998). *Sinais conversacionais da alternância de vez*. Porto: Granito Editores.

Rodrigues, I. (2007). *O corpo e a fala – comunicação verbal e não-verbal na interação face a face*. Lisboa: FCG e FCT.

- Rosa, V. & Gonçalves, C. (2013). A revisão de textos. In *Revista Letras Raras*, vol. 2(2), 143-160.
- Sebba, M. (2009). Sociolinguistic approaches to writing systems research. In *Writing Systems Research*, 1 (1), 35-49.
- Santana, A. P. (2002). *Escrita e Afasia: o lugar da linguagem escrita na afasiologia*. São Paulo: Plexus Editora.
- Santana, M. (2003). *A função epistémica da escrita – da revisão de textos à reflexão sobre a escrita por alunos do terceiro ano de escolaridade*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia Educacional]. IPSA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida.
- Santos, M. F. O. (2013). *Os saberes construídos no processo de pesquisa*. Maceió: Edufal.
- Saramago, J. (2008). *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Caminho.
- Saussure, F. (1975). *Curso de Linguística Geral*. Tradução de António Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.
- Schmidt, S. J. (1978). *Texttheorie. Problem der sprachlichen Kommunikation*. München: Wilhelm Fink.
- Semedo, V., Martins, A. & Gomes, M, (2015). Caminhos Históricos da Oficialização da Língua Cabo Verdiana. In *Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social*, vol. 8 (2). <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1558>
- Signorini, I. (2001). Construindo com a escrita “outras cenas de fala”. In Signorini, I. (org.) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento* (pp. 97-134). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras.
- Silva, F. (2003). Contributo da hiponímia e meronímia para a configuração de relações anafóricas. In *Línguas e Literaturas*, 20 (1), 657-672.
- Silva, A. (2005). *A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do*

Estado da Bahia. [Tese de Doutorado em Letras]. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Silva, P. N. (2015). Alguns contributos da linguística para a classificação dos textos literários. In Encontro Nacional da Associação de Professores de Português, Évora.

Silva, P. N. (2016). Género, conteúdos e segmentação: em busca do plano de texto. In *Diacrítica*. Revista de Centro de Estudos Humanísticos, v. 30 (1), 181-224.

Silva, P. N. (2019). Tipos de Discurso e Géneros: Para uma Abordagem Didática Integrada de Duas Classificações Textuais. In Leal, A. *et al.* (org.). *A Linguística na Formação do Professor: das teorias às práticas* (pp. 225-240). Porto: CLUP.

Sousa, L. R. (2015). *O imaginário do revisor de textos nos ritos genéticos*. [Dissertação de Mestrado em Linguística]. Universidade Federal de São Carlos.

Van Dijk, A. (1977). *Text and Context: Explorations in the semantics and pragmatics of discourse*. London and New York: Longman.
<https://pt.scribd.com/doc/229717549/Teun-a-Van-Dijk-Text-and-Context>.

Varejão, F. (2006). *Variação em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no Português Europeu popular*. [Tese de Doutorado em Língua Portuguesa]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Yamazaki, C. (2009). *Edição de texto na produção editorial de livros: distinções e definições*. [Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação]. Universidade de São Paulo.